

Tribuna da Luta Operária

ANO VIII — Nº 329 — DE 14 A 20 DE SETEMBRO DE 1987

Cz\$ 15,00



Foto: Arlindo Tavares

40 mil pessoas concentram-se em Sete Coqueiros, Maceió. Esta cena, a grande imprensa finge que não viu.

DIRETAS-88

Os comícios que a grande imprensa esconde

A grande imprensa combate de uma forma muito particular a campanha por diretas-88: boicota completamente ou confina em espaços reduzidos o noticiário sobre os comícios. É como se a campanha não existisse, e a luta política estivesse resumida aos

intermináveis conchavos que os conservadores promovem para tentar um “consenso” na Constituinte.

Mas os fatos das últimas semanas, em especial a manifestação de Alagoas, com 40 mil pessoas, de-

monstram que a mobilização popular é possível, e que se constitui na única alternativa para enfrentar o projeto que a direita procura impôr ao país.

Página 3.

EDITORIAL

Ostentação de força

Quem pretendia assistir aos festejos da independência, neste 7 de Setembro, foi obrigado a enfrentar uma descabida demonstração de prepotência dos militares. Em Brasília, acintosamente, desfilava, armada até os dentes, uma unidade “adestrada para missões de defesa interna”, como anunciou o apresentador do evento, lendo texto fornecido pelo próprio Exército. Em outras palavras, os fuzis e as baionetas estavam na verdade apontados contra os próprios espectadores. Mais adiante, seguindo as mesmas instruções, foram feitos rasgados elogios a outros destacamentos por sua participação ativa no movimento de 1º de Abril de 1964 — quartelada já desmoralizada e condenada pelos brasileiros.

Em todo Brasil o que caracterizou a parada foi a ostentação de força. Milhares de soldados saíram às ruas. Blindados de todo tipo, que o povo já se acostumou a ver na repressão às greves, nas ocupações de refinarias e portos para intimidar os trabalhadores, rolavam no asfalto das principais capitais, dando o recado arrogante dos generais: “estamos aqui.”

Foi também uma pressão sobre os constituintes, que discutem nestes dias o papel das Forças Armadas. Os generais já declararam, pela voz do ministro do Exército principalmente, não tolerarem que ao menos se coloque a intervenção militar na vida política sob dependência de um chamado dos poderes constituídos. Eles se consideram juizes absolutos e revelam claramente a sua disposição de tutelar qualquer poder estabelecido. Quanto à Constituição, certamente pensam ser um documento menor, uma vez que — apesar das pressões que os militares exercem na sua elaboração — é fruto da atividade da sociedade civil, isto é, para eles, de gente inferior.

Mas por outro lado, revelando a coragem e descontentamento popular, o presidente Sarney, ao desfilar em carro aberto na capi-

tal federal, apesar de protegido por tão portentoso aparato bélico, não escapou das vaias. O Brasil já não suporta o militarismo e muito menos governantes que se curvam a esta concepção, tornando-se cúmplices dos generais na perseguição do povo.

E esta disposição dos brasileiros, de ver a pátria livre de tutela das botas e fuzis, precisa mais do que nunca transformar-se em ação de massas. Os militares fizeram a sua demonstração. A única forma de neutralizar cabalmente esta arrogância é multiplicar a presença popular nos comícios pelas eleições diretas em 88 e organizar com urgência as caravanas à Brasília por ocasião das votações na Comissão de Sistematização da Constituinte, dos dias 21 de setembro a 2 de outubro.

Ligado ao problema gravíssimo do militarismo, encontra-se a questão do sistema de governo. Com muita razão o dirigente comunista João Amazonas comentou, no comício de Maceió, que no sistema presidencialista, em nosso país, o governante tem como alternativas o exílio, como João Goulart; o suicídio, como ocorreu com Getúlio; ou a capitulação aos generais, como vem fazendo José Sarney.

Neste sentido, o desfile do 7 de Setembro nada mais foi do que uma consequência do pronunciamento do general Leônidas — em plena reunião ministerial e portanto com aberta cumplicidade de Sarney — taxando o parlamentarismo como “inaceitável”. Os generais querem continuar mandando e, para isto, pretendem sustentar o esquema atual, não de uma rainha Elizabeth no trono, mas de um ditador fantoche em suas mãos. Na semana passada o coronel e senador Jarbas Passarinho chegou a ameaçar, num canal de televisão, que a aprovação do parlamentarismo resultaria num golpe militar. Urge portanto, unir o povo, para evitar os golpes, pôr fim ao presidencialismo e ao militarismo.



Foto: Milton Mendes Filho

A mesma violência da época da ditadura militar

Por que a lei encobre os crimes da polícia?

Os PMs tem um fórum especial para julgar seus crimes. Geralmente saem livres do julgamento após fazerem suas execuções sumárias e com isso voltam às ruas para matar. P. 8

Direita ataca o parlamentarismo

Aumenta o volume de pressões e agressões sobre a Assembléia Nacional Constituinte. O presidente Sarney, o general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, e o grupo de parlamentares ligado ao Palácio do Planalto reforçaram a articulação para promover a cooptação, a corrupção, a favor do presidencialismo e do autoritarismo. Página 4

O Brasil humilhado

Foi humilhante o encontro do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, com James Baker, secretário do Tesouro dos EUA, na terça-feira passada. Chamado às pressas em Washington, Bresser foi obrigado a voltar atrás de uma proposta para renegociar a dívida que havia divulgado apenas quatro dias antes em Viena. E teve de se retratar.

Ao mesmo tempo, noticia-se que o Citibank converteu 10 milhões de dólares de seus créditos no Brasil (que totalizam US\$ 4,6 bilhões) em investimentos diretos, comprando 25% das ações do maior grupo de informática brasileiro, a Elebra. Um acinte contra a Constituinte, onde tramita um projeto de decisão proibindo a conversão. Com apenas 15,6% da dívida externa, os banqueiros poderiam adquirir hoje todas as ações de empresas negociadas nas bolsas brasileira. Leia na página 4.



Foto: Aquinaldo Zordanoni

Monumento fascista depois do banho de tinta dado pela UJS

Jovens pixam obra fascista em São Paulo

Polícia de Jânio prende membros da UJS que se opõem ao monumento em homenagem a Mussolini instalado na capital. Pág. 4

ALEMANHA

As divergências irreversíveis

Alguns acordos de cooperação na área científica, tecnológica e de controle ambiental, e uma nota oficial sustentando que “divergências irreversíveis” separaram os dois Estados foram o resultado da visita do chefe de governo da República Democrática Alemã (RDA), Erich Honecker, ao chanceler Helmut Kohl, na República Federal da Alemanha (RFA), na semana passada.

A visita ganhou amplos espaços na imprensa: foi a primeira de um chefe de Estado da Alemanha Oriental à Alemanha Federal. Mas os resultados foram parcos. Questões cruciais, como a dos mísseis instalados pelos Estados Unidos na RFA, ficaram fora da pauta, e só serão tratadas pelos chefes imperialistas, Ronald Reagan, dos EUA, Mikhail Gorbatchev, da URSS. A Alemanha de Kohl continuou, igualmente, negando-se a tratar Honecker como representante de um governo. Preferiu recebê-lo como “visitante ilustre”, sem as honras devidas a um chefe de Estado. De qualquer modo, Honecker convidou, e Kohl aceitou fazer uma visita ao lado oriental da Alemanha, em data ainda a ser divulgada.

DUAS ALEMANHAS

A existência de duas Alemanhas é uma seqüela da Segunda Guerra Mundial. Com a derrota dos nazistas e a rendição do governo hitlerista, a Alemanha foi ocupada militarmente pelos aliados. No dia 5 de junho de 1945, os chefes militares das tropas vencedoras reuniram-se em Berlim e assinaram tratados chamando a si o governo do país através do Kontrollrat (Conselho de Controle). O país foi dividido em quatro zonas, sob jurisdição da União Soviética, Estados Unidos, Inglaterra e França. Mesmo Berlim, localizada em área de jurisdição soviética, foi dividida entre as forças aliadas.

Mas, temendo as idéias socialistas — já que a URSS de



Stálin foi a grande vitoriosa da luta contra o nazi-fascismo —, em março de 1948 os Estados Unidos, França e Inglaterra promoveram, unilateralmente, a unificação econômica de suas zonas. Chegaram mesmo a criar uma moeda, Deutsch Mark, que circulava inclusive em Berlim. Simultaneamente, os Estados Unidos investiram verbas enormes na Alemanha Oriental, e os serviços de espionagem e sabotagem passaram a atuar abertamente, visando conflagrar a área sob jurisdição soviética.

Diante dessa situação, a URSS viu-se obrigada a realizar o “bloqueio de Berlim”, de 26 de junho de 1948 a 4 de maio de 1949, impedindo o acesso por terra e por via fluvial à cidade incrustada na Alemanha Oriental (veja o mapa). Mesmo assim as investidas imperialistas não cessaram, e em 17 de junho de 1953 os EUA e seus agentes promoveram uma “insurreição” na parte oriental da cidade, que só não teve consequências maiores porque as autoridades

socialistas tomaram medidas imediatas para conter a ação contra-revolucionária.

MANOBRA IANQUE

No lado ocidental da Alemanha, as ações dos imperialistas se sucediam. Desde investimentos no parque industrial, até a distribuição demagógica de alimentos, tudo foi feito para atrair as massas alemãs para o sistema capitalista, seriamente abalado devido ao desmascaramento do nazi-fascismo. Coordenados pela Casa Branca, os governadores militares estadunidense, inglês e francês formaram, em 8 de maio de 1949, a República Federal da Alemanha, mais uma vez rasgando os acordos feitos com a URSS à época da vitória sobre os hitleristas.

Encomendaram ainda, a um parlamento de 65 membros, a elaboração de um projeto de Constituição. A capital do país, até então Berlim, passou a ser agora também Bonn — capital da RFA — até hoje. E a Constituição feita de enco-

menda pelas forças imperialistas destacou, logo no seu preâmbulo, que não reconhecia outro Estado alemão além da RFA.

Dando prosseguimento à tramóia, em 1955 a RFA ingressou na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), articulação belicista liderada pelos Estados Unidos. Em 1957, foi admitida como membro do Conselho da Europa. Em 1952 a RFA havia se ligado à França e Itália para formar a comunidade do carvão e do aço, germe do Mercado Comum Europeu fundado em 1958.

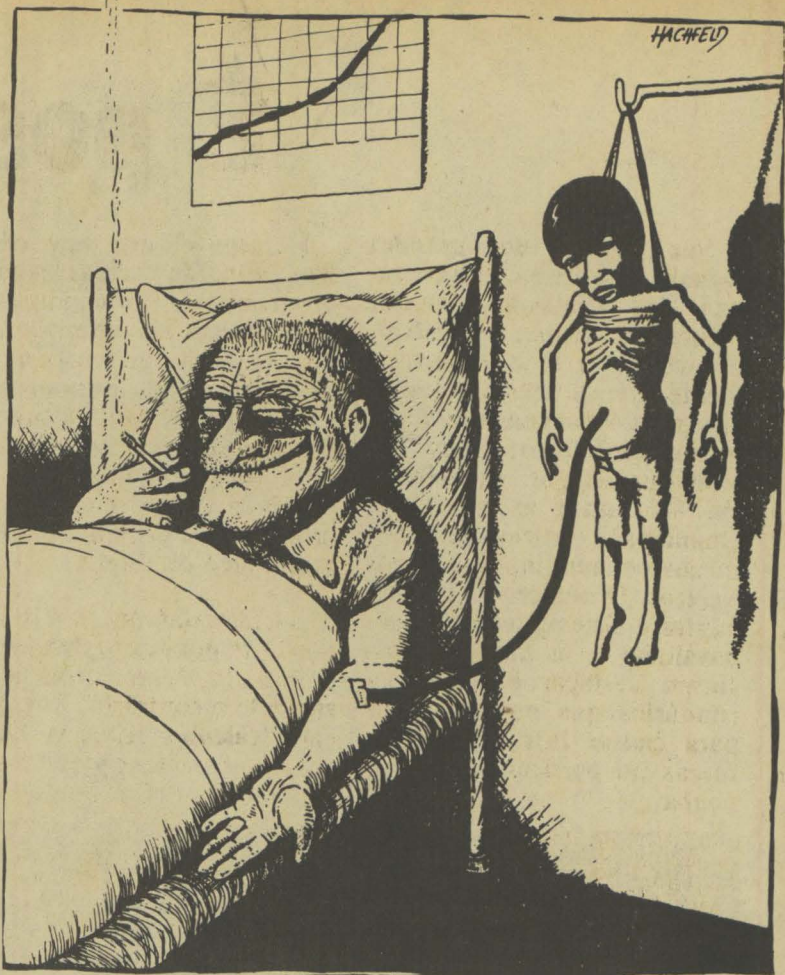
No lado oriental, após a criação artificial da RFA pelos capitalistas, foi formada, ainda em 1949, a República Democrática Alemã. Todos os países do Leste Europeu reconheceram o novo Estado, com exceção da Iugoslávia de Tito, já então obediente aos ditames dos EUA e Inglaterra. A RFA, contudo, recusou autoridade à RDA, jactando-se em falar em nome de todos os alemães.

MURO DE BERLIM

Após a morte de Stálin, a situação iria complicar-se ainda mais. Através de um golpe de força, Krushev toma o poder na URSS e muda os rumos do país, transformando-o numa potência social-imperialista. Os líderes alemães fiéis ao marxismo-leninismo são afastados do poder, e os governantes ligados a Krushov passam a imprimir também do lado oriental da Alemanha uma orientação alheia ao socialismo.

Noite de 12 para 13 de agosto de 1961, para impedir novas provocações oriundas do lado ocidental da cidade, os governantes da RDA erguem o Muro de Berlim — a princípio, uma barricada de arame farpado; depois, um paredão de concreto de 2 metros, com arame farpado no topo. No total, o muro tem uma extensão de 48 km. E está em pé até hoje.

(Carlos Pompe)



AMÉRICA LATINA

De mal a pior

Hoje, seis anos depois da eclosão da crise da dívida externa no início desta década, a América Latina é outra. Bem pior que a de alguns anos atrás. Isto é revelado de maneira dramática através do “Relatório sobre o progresso econômico e social da América Latina”, elaborado e divulgado recentemente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Em poucos anos, como resultado dos estragos provocados pela dívida, “foram destruídas as expectativas de melhoria de vida de 400 milhões de latino-americanos”, conforme palavras usadas pelos técnicos do banco. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita da região declinou 6,5%, passando de 2.288 dólares para 2.140 dólares anuais, entre 1980 e 1986. Em 13 países, a queda foi superior a 10%; em sete, de 15%, e em quatro outros, maior que 20%.

ESPOLIAÇÃO

O valor do comércio exterior da América Latina, que havia alcançado 200 bilhões de dólares em 1981, caiu para 150 bilhões de dólares em 1986. As reservas internacionais de moedas reduziram-se 1,5 bilhão de dólares em 1981 e 8 bilhões de dólares durante o ano passado. Atualmente, 72% das rendas da região são utilizadas para pagar compras realizadas no exterior.

As despesas sociais (com saúde e educação, principalmente) despencaram. Entre

1980 e 1986 os recursos destinados a gastos sociais sofreram cortes drásticos, enquanto a população crescia. Os investimentos na produção, que tinham quadruplicado entre 1960 e 1980, alcançaram o ponto mais baixo em 1983, quando chegaram a 118 bilhões de dólares. Em 1986, foram 30% inferiores a 1980, determinando um quadro crônico de recessão.

As exportações da região também caíram, em 13%, durante o ano passado. Não porque o esforço com as vendas externas tenha sido menor. Ao contrário, o volume de mercadorias embarcadas para outros países ainda é extraordinário. Contudo, as relações de troca (preços das exportações versus importações) deterioraram-se de forma acentuada.

QUEDA DOS PREÇOS

“O extraordinário esforço de exportação que fez a região, para enfrentar o incremento igualmente extraordinário da dívida externa, viu-se quase anulado pela queda dos preços de suas exportações”, assegura o relatório do BID.

A espoliação da América Latina pelos países imperialistas tornou-se dramática. A transferência líquida de riquezas sob a forma de pagamento de juros da dívida e remessas de lucros pelas multinacionais alcançaram a média de 28,8 bilhões de dólares anuais, o equivalente a 4% do PIB da região, no período 1983/85.

ARGENTINA

Povo exige mudanças

O Partido Radical, do presidente Raul Alfonsín, acaba de sofrer um duro revés. Nas eleições de domingo, dia 6, que renovou metade da Câmara dos Deputados e 21 dos 22 governos de Províncias (Estados) da Argentina, os peronistas, reunidos na Frente Justicialista, abocanharam 41,5% dos votos contra apenas 37,9% dados aos radicais, um acentuado contraste com o resultado do pleito de 1985 (34% para os primeiros e 43,2% para a situação).

Nada menos que 17 dos 21 governos provincianos foram abocanhados pelos peronistas, enquanto o partido de Alfonsín ficou com apenas dois — os demais ficaram nas mãos de partidos políticos locais. A derrota mais amarga ocorreu na Província de Buenos Aires (que concentra 7 dos 17 milhões de eleitores do país). O candidato dos radicais, Juan Manuel Casella, vinha sendo preparado para disputar a Presidência da República, mas foi batido no principal centro industrial e comercial argentino pelo peronista Antonio Cafiero por uma diferença de 417 mil votos.

O resultado foi interpretado por todos, inclusive pelo governo, como uma enérgica condenação do povo à política econômica adotada pela equipe de Raul Alfonsín e já provocou a demissão, apresenta-

da em caráter irrevogável na semana passada, do ministro da Economia, Juan Sourrouille.

Apesar da aplicação de vários “choques heterodoxos” (congelamento de salários e preços) a inflação não cedeu no país, tendo atingido em agosto o elevado patamar de 13,7%, sendo que alimentos e bebidas aumentaram 16,1%. Os salários, em consequência, vêm acumulando perdas sobre perdas e somente neste ano já foram archochados em 14,2%, segundo estatísticas colhidas pela indústria.

O pano de fundo da crise é precisamente a dívida externa (superior a 50 bilhões de dólares), que Alfonsín prometeu tratar de forma soberana quando se elegera, mas que vem conduzindo segundo as imposições dos banqueiros estrangeiros. A administração da Argentina está novamente nas mãos do FMI, com quem o governo formalizou um acordo. A privatização das estatais foi acelerada e a Argentina é hoje um dos países que mais converteram a débitos em investimentos diretos. Os peronistas, muito embora tenham uma conduta de direita (especialmente em relação aos militares), souberam aproveitar a insatisfação popular, dependendo o rompimento com o FMI e a suspensão do pagamento da dívida externa.

NICARÁGUA

Em busca da paz, sem rendição

Na nossa edição passada, publicamos uma avaliação dos acordos assinados pelos governos da Nicarágua, Honduras, Guatemala, Costa Rica e El Salvador. Neste número, publicamos a declaração aprovada em sessão extraordinária da Frente Sandinista de Libertação Nacional:

“1. A FSLN considera os acordos presidenciais como um acontecimento de transcendência histórica na vida política da região, que no espírito de Bolívar, Morazan e Sandino, abre aos países centro-americanos um caminho acertado para a paz.

“Estes acordos constituem um exercício do direito à autodeterminação e à soberania de nossos países frente à política intervencionista do governo dos Estados Unidos, política que levou a América Central a uma grave crise, agudizando os problemas econômicos e sociais que historicamente sofre a região.

“2. A FSLN reconhece que o principal artifice deste avanço para a conquista de uma paz digna foi o sacrifício de nosso povo em armas, que submetido ao longo destes anos a uma injusta e desapiadada guerra de agressão, soube derrotar as forças mercenárias dirigidas e organizadas pelos governos dos Estados Unidos e resistiu com dignidade e patriotismo à agressão econômica, ao embargo e bloqueio comercial e financeiro, e às ameaças e chantagens de todo tipo que foram orquestradas infrutuosamente para subjugar-nos.

“3. A FSLN respalda plenamente cada um dos compromissos contidos nos acordos, subscritos em nome do governo revolucionário pelo presidente da república, comandante da revolução Daniel Ortega Saverda, ao tempo que ratifica sua vontade de dar ca-



bal cumprimento aos mesmos e chama o nosso povo a converter-se no principal gestor e avalista desses compromissos, com a mesma vontade com que até agora viemos derrotando a agressão mercenária.

“A FSLN faz um chamamento patriótico a todas as forças políticas e sociais do país, partidos, igrejas, organizações profissionais e sindicais, a participar construtivamente na execução destes acordos, a fim de avançar unidos para o estabelecimento de uma paz duradoura em nossa pátria.

“4. A FSLN adverte que, com a assinatura destes transcendentais acordos, se inicia um difícil e complexo processo de luta, já que o governo dos Estados Unidos reluta em aceitar que os países centro-americanos tratem de alcançar por si mesmos a paz, se empe-

nha em boicotar seu cumprimento, em aliança com os setores retrógrados e belicistas da América Central. E expressamos nossa confiança em que os povos e governos da região saibam enfrentar pressões e ameaças, que os acordos sejam estrita e simultaneamente cumpridos.

“5. A FSLN reafirma ante nosso povo a necessidade de continuar empunhando firmemente as armas, redobrando a luta contra a agressão mercenária, até que alcancemos totalmente a paz.

“Da mesma maneira, exigimos do governo dos Estados Unidos que, de conformidade com a letra e o espírito dos acordos, cesse de maneira imediata toda classe de apoio aos mercenários, incluindo os desembolsos de recursos financeiros pendentes, tal como o governo da Nicarágua já soli-

citou. Reiteramos que esta é uma condição indispensável para a obtenção de uma paz firme e permanente na América Central, e para que possam ser efetivamente cumpridos os acordos.

“6. A FSLN reconhece este passo que em benefício da paz deram os presidentes centro-americanos e as gestões pacificadoras que por vários anos vêm desenvolvendo o Grupo de Contadora e o Grupo de Apoio. Assim como também expressa seu reconhecimento a todos os governos, partidos, forças políticas e sociais, e organizações internacionais, que se mantiveram respaldando uma saída pacífica e negociada para o conflito centro-americano. E os instamos a manter-se ativos até o total cumprimento dos acordos presidenciais.

“Aqui ninguém se rende.”

DIRETAS-88

É possível vencer o boicote

RECIFE

Um único incidente

Nas páginas dos grandes jornais brasileiros, a campanha das diretas-88 simplesmente *não existe*. Identificados cada vez mais ostensivamente com as teses da direita, eles promovem contra o movimento um boicote igual ou mais intenso que o praticado em 84 contra as diretas-já. Quando são noticiados, os comícios ocupam modestíssimos espaços. O número de participantes é sistematicamente subavaliado, e as matérias procuram destacar aspectos secundários que possam servir para causar intriga entre as forças que participam da campanha.

É inegável que este clima tem atingido certos setores progressistas. Em alguns estados, surgem nos comitês pródiretas vozes descrentes quanto à capacidade de mobilização do povo. Muitos mergulham ainda mais no pessimismo e chegam a duvidar da capacidade de obter sucesso na luta contra o projeto político e econômico da direita.

As matérias que a *Tribuna Operária* publica nesta página, entretanto, demonstram precisamente o contrário. Em Maceió, cálculos realistas falam em 40 mil pessoas presentes ao comício do dia 6, que corres-

pondem a 8% da população da cidade ou a algo como um comício de 800 mil em S. Paulo. Em outras capitais onde as manifestações pareciam condenadas ao fracasso, os resultados não deixaram de ser surpreendentes.

Além disso, os planos dos conservadores mostram-se precários e contraditórios, como se viu no vexaminoso fiasco do ministro Bresser em sua conversa com o americano Baker. Os progressistas de todos os partidos deveriam refletir sobre estes fatos para imprimir novo ritmo à campanha e superar as dificuldades do momento. (Antônio Martins)

Um público estimado em cerca de 10 mil pessoas atendeu aos apelos do comitê pernambucano por diretas em 88 e compareceu, no último dia 4 ao Largo da Feira de Santo Amaro, para participar de mais um comício da campanha.

Tanto os organizadores locais quanto os líderes nacionais dos partidos progressistas foram unânimes em avaliar o ato como bem-sucedido. Lembraram que além de não contar com qualquer tipo de apoio oficial, ele foi abertamente boicotado pelos meios de comunicação. Ainda assim, contou com a presença de um público ávido por ouvir e defender a mensagem das diretas e das transformações necessárias ao avanço da sociedade brasileira.

A presença popular significativa somou-se a participação de amplas forças políticas no palanque. Lá estavam os presidentes nacionais do PT, do PCdoB, e do PDT, e o senador Afonso Camargo, vice-presidente do PMDB. Além deles, um governador Fernando Collor, de Alagoas, dos prefeitos de capital — Jarbas Vasconcelos, de Recife e Maria Luiza, de Fortaleza — e um grande número de deputa-

dos estaduais, vereadores, lideranças políticas e populares.

Mas o comício foi marcado também por um incidente absolutamente lamentável e desnecessário, causado pela intervenção despropositada de Leonel Brizola, e utilizado amplamente pela grande imprensa e pela direita em geral como peça de ataque contra a campanha.

Aproveitando-se do fato de ser o último a discursar, o ex-governador carioca deixou de lado o combate ao governo Sarney e preferiu fazer de seu discurso um ataque furioso aos constituintes que defen-

dem a adoção de um sistema de governo parlamentarista. Advertido pelo deputado Haroldo Lima para os problemas que poderia trazer esta atitude sectária, Brizola iniciou uma irada pregação anticomunista. Isto provocou enérgica reação dos militantes do PC do B presentes a praça, que o impediram de prosseguir sua falação.

O deputado Haroldo Lima distribuiu nota à imprensa com o relato circunstanciado do episódio e de seus antecedentes. Os trechos principais da nota estão publicados no quadro abaixo, (Jair Pereira, da sucursal)



O exemplo de Maceió destrói os argumentos pessimistas: 40 mil na rua

MACEIÓ

O maior comício do ano

O comício de Maceió pelas diretas em 88, no dia 5, foi sem dúvida uma demonstração de que a população está disposta a ir às ruas para exigir seu direito de votar para presidente, o quanto antes. Quem avaliou por baixo calculou em 40 mil o número de pessoas que ocuparam a bela faixa litorânea na Praia dos Sete Coqueiros para ver e ouvir algumas das principais lideranças políticas e populares, locais e nacionais.

O êxito foi ainda maior se considerar que só houve propaganda no rádio e na TV durante três dias. Houve diversos comícios-relâmpago, caminhadas nos bairros, "arrastões" nas universidades e escolas secundaristas e panfletagens. Mas o que garantiu mesmo o sucesso do comício foi o interesse do povo em comparecer, os comentários nas esquinas e locais de trabalho, o entusiasmo geral.

Outro fator muito importante foi a unidade conseguida no Comitê de Participação Popular na Constituinte, que organizou o comício e que reúne os partidos políticos envolvidos na campanha (PCdoB, PSB, PDT, PT e PCB, além do PMDB progressista) e inúmeras entidades populares, além do apoio declarado do governador Fernando Collor, que colaborou para facilitar o acesso da população ao local do comício, determinando que os ônibus circulassem de graça.

A FESTA DAS BANDEIRAS

Por volta das 8 horas da noite, a área dos Sete Coqueiros já estava cheia de gente. A festa das bandeiras — com visível predomínio das bandeiras vermelhas do PCdoB — alegre e colorida tudo. O comício começou com discursos das lideranças locais, e enquanto os oradores esquentavam o clima e puxavam o grito das diretas mais gente ia chegando dos bairros e em caravanas do interior.

Quando, por volta das 10 horas, começaram a falar as lideranças nacionais, o público chegava ao máximo e a animação ao auge.

O deputado federal Eduardo Bonfim, do PCdoB de Alagoas, vivamente ovacionado, avisou: "Não adianta a cara feia do general Leônidas, nem as pressões e chantagens de Sarney. Os boicotes se tornam

inúteis quando a população está nas ruas, como agora".

Representando a direção nacional do PT, o deputado gaúcho Olívio Dutra elogiou o caráter unitário da campanha em Alagoas. Olívio foi bem recebido pelo povo maceiosense — menos por uma pequena facção do seu próprio partido, que postou-se num canto perto do palanque para simplesmente vaiar, vaiar tudo e todos, para estranheza geral. Mas o grupinho foi isolado pela massa e não chegou a atrapalhar.

APLAUSOS AO PMDB PROGRESSISTA

Um fato bastante notado no comício de Maceió: o povão soube identificar os parlamentares progressistas do PMDB. Ao contrário do que aconteceu em outras manifestações, os peemedebistas que não abaixam a cabeça à imposição dos cinco anos e que lutam por uma Constituinte progressista foram bastante aplaudidos. O deputado alagoano Renan Calheiros e o senador Afonso Camargo foram alguns destes.

Uma das falações mais aplaudidas foi a do presidente do PCdoB, João Amazonas. O velho dirigente comunista pregou enfaticamente a unidade na campanha das diretas. Defendeu as propostas progressistas que estão sendo discutidas na Constituinte, inclusive a mudança do sistema de governo para o parlamentarismo, lembrando que, sob o atual sistema presidencialista, "os governantes brasileiros só têm tido três alternativas: o exílio, como Goulart, a sepultura, como Vargas, ou cair nos braços do capital estrangeiro, do latifúndio e dos militares, como Sarney e tantos outros". Além disso, combateu com firmeza o militarismo.



Amazonas é recebido por Heloísa Ramos, viúva de Graciliano

O senador Mário Covas reafirmou no palanque que as diretas em 88 "são um compromisso da nação consigo mesma. Temos um encontro marcado com as urnas no ano que vem", prometeu sob aplausos.

"NÃO FAREMOS ESTE JOGO"

O líder do PCdoB na Constituinte, Haroldo Lima, enfatizou também o caráter de unidade da campanha, e alertou: "O governo Sarney, os militares e a direita têm todo interesse em nos dividir, fazem de tudo para incentivar as intrigas e discórdias, usam até inocentes úteis. Não vamos fazer o jogo deles".

O governador de Alagoas, Fernando Collor, foi saudado por praticamente todos os oradores por ser o único governador a apoiar abertamente a eleição direta em 88. Vivamente aplaudido pela multidão, Collor reafirmou que vai continuar tomando medidas moralizadoras no governo do Estado, e adotando postura política independente, apoiando as diretas em 88.

Leonel Brizola, presidente do PDT, também participou do comício, mas não repetiu em Maceió as provocações grosseiras que havia feito no comício do Recife ao PCdoB. Ele tinha sido avisado, antes do comício, que não seria toleradas aquelas provocações. Acabou moderando a linguagem. O líder do PDT, Brandão Monteiro, já havia defendido em seu discurso a união das forças que defendem as diretas.

Todos oradores, entre eles deputados federais de vários estados, foram unânimes em considerar o comício de Maceió o maior e mais entusiasmado da campanha.

(Plínio Lins, da sucursal)

Os métodos do sr. Brizola

Estes são os trechos principais da nota de Haroldo Lima sobre os incidentes do comício de Recife:

"A executiva nacional da campanha das diretas, que funciona em Brasília, havia deliberado que temas sobre os quais não há unidade entre as forças que participam da campanha não deveriam ser tratados nos comícios. (...) No comício de Caruaru o sr. Leonel Brizola defendeu o presidencialismo e criticou o parlamentarismo, o que causou insatisfação. (...) A executiva nacional voltou a tratar do assunto e, novamente por unanimidade, ratificou que precisamente este tema não deveria ser tratado nos próximos comícios por ninguém. Representei o PCdoB nessa decisão. O líder Brandão Monteiro representou o PDT. (...) "

"No comício de Sto. Amaro o sr. Brizola, desconsiderando todos os entendimentos, voltou a tratar do mesmo assunto polêmico. Mais que isso, re-

solveu investir agressivo contra os que defendem as diretas e o parlamentarismo, chegando a dizer que os constituintes que assim procedem são facinorosos e mentirosos. Ora, nós comunistas respeitamos nossos aliados, mesmo que conjunturais. Em nenhum instante dissemos, por exemplo, que a bandeira do presidencialismo, que o sr. Brizola defende, é a mesma de Sarney ou do general Leônidas. (...) "



Haroldo Lima: críticas a Brizola

"Mas se respeitamos, queremos ser respeitados. Imediatamente protestei contra as aleivosias ditas por Brizola. Como este, ao invés de recompor a linha do seu discurso e buscar o terreno da unidade aprofundou seus ataques aos parlamentaristas, deliberamos sair do palanque e da praça. Tendo se esvaziado a praça, Brizola mostrou então todo o seu rancor aos comunistas, atacando-nos de diversas maneiras. (...) Ante o enérgico protesto dos comunistas e do povo presente, Brizola não teve condições de continuar no comício.

"O PCdoB continuará inflexível na luta pelas diretas em 88 e em defesa dos interesses nacionais e populares. Continuará lutando para forjar frentes amplas na batalha por esses objetivos. Continuará respeitando seus aliados, e indubitavelmente pronto para se levantar decidido contra ameaças divisionistas, venham de onde vierem".

BELO HORIZONTE

Vitória contra a direita

As inúmeras tentativas de boicote e as dificuldades imensas para acesso aos canais de TV não impediram que cerca de 12 mil pessoas estivessem presentes no último dia 3 à Praça da Rodoviária, em Belo Horizonte, onde se realizou mais um comício por diretas em 88. A presença de Mário Covas, João Amazonas e Lula, deu destaque especial ao evento. Além deles, os senadores Afonso Camargo e Ruy Bacelar, do PMDB e Jamil Haddad, do PSB, e mais de uma dezena de deputados constituintes foram também à praça.

O esforço de unidade entre os que estavam no palanque encontrou ressonância no povo, que aplaudia com entusiasmo todo apelo feito neste sentido. Num recado às vaías dirigidas por setores de seu partido a todos os políticos, indistintamente, Lula fez questão de criticar as posições sectárias que prejudicam a campanha.

O líder do PCdoB na Constituinte, Haroldo Lima, muito aplaudido, fez um veemente apelo à unidade do povo como garantia da vitória. O mesmo apelo foi repetido pelo líder do PMDB, senador Mário Covas.

Num momento especial, depois de ser saudado com fogos de artifício e aplaudido intensamente, o dirigente comunista João Amazonas cumprimentou os mineiros, que desde Tiradentes deram decisiva contribuição à luta pela independência do país. Depois, ressaltou a necessidade de união de todas as forças progressistas, mas fez uma advertência ao representante brizolista, deputado Vivaldo Barbosa, que, rompendo o acordo da Coordenação Nacional da campanha, criticara os parlamentaristas. "Não queremos tirar Sarney e colocar outro Sarney, não queremos tirar um rei capenga e colocar outro rei capenga", lembrou ele.

AVALIAÇÃO POSITIVA

Para a comissão que organizou o comício, ele foi uma demonstração do apoio que a campanha por diretas-88 encontra também entre os mineiros, apesar das inúmeras dificuldades que perduraram até a última hora. Na verdade, as forças da direita e os meios de comunicação promoveram um cerrado boicote à manifestação. A Rede Globo, chegou a

recusar de forma terminante o anúncio pago que o comitê pretendia inserir em sua programação, e outras emissoras exigiram pagamento antecipado, contrariando inteiramente a norma usada nesse tipo de publicidade e inviabilizando na prática os anúncios. A Polícia de Trânsito só liberou a área duas horas após o combinado.

"Sem dúvida há um grande aprendizado nesse processo", declarou à *Tribuna Operária* Sérgio Miranda, membro do comitê organizador e presidente regional do PCdoB. "Além de enfrentarmos debilidades na preparação e do envolvimento das entidades populares nas atividades de convocação ter sido apenas regular, houve também certa fragilidade na frente formada. Não conseguimos que os parlamentares dos diversos partidos e os setores do PMDB que apoiam a campanha estivessem mais presentes, reforçando-a com seu prestígio político. Mas tivemos uma demonstração de que é possível conduzir uma campanha de mobilização popular sem apoio oficial, desde que haja unidade de esforços e empenho conjunto". (da sucursal)

DÍVIDA EXTERNA

O governo de joelhos diante dos EUA

O governo Sarney acaba de ser submetido a uma triste e indizível humilhação pelo secretário do Tesouro norte-americano, James Baker. Na semana passada, este funcionário de Ronald Reagan convocou às pressas o ministro Bresser Pereira, da Fazenda, para uma reunião de emergência em Washington. Pronunciado atendido, após um breve bate-papo na terça-feira, ele obrigou o chefe da equipe econômica brasileira a jogar no lixo uma proposta de renegociação da dívida externa que havia divulgado quatro dias antes em Viena e a se curvar às imposições dos credores.

Não satisfeito com o puxão de orelha, Baker ainda pisou um pouco mais. Divulgou uma nota arrogante sobre o encontro, onde classifica a proposta original de Bresser Pereira (que previa a transformação de metade da dívida privada em títulos com descontos de 25 a 30% de "algo que nunca daria certo"). Acrescentou que ele e o ministro brasileiro chegaram a um consenso "em termos gerais de que os problemas do Brasil devem ser tratados de maneira convencional", o que, entre outras coisas, implica "que qualquer reescalonamento do Clube de Paris vai requerer um acordo formal com o Fundo Monetário Internacional".

VERGONHA NACIONAL
Quanto a Bresser Pereira, simplesmente baixou a cabeça, constrangido a concordar ponto por ponto com as posições do secretário de Tesouro norte-americano. Admitiu que recuou, embora procurasse minimizar a dimensão do seu comportamento, qualificando o recuo de "pequeno", uma tentativa inócua de dissimulação.

O caráter submisso do ministro perante o funcionário americano despertou a vergonha até mesmo de alguns

membros do governo Sarney e provocou indignação em alguns setores do PMDB. O deputado Maurício Fruet (PMDB-PR) enviou telex a Bresser Pereira destacando que "uma conversa de apenas duas horas com o secretário do Tesouro bastou para que V. Exa. recuasse, admitindo voltar a uma proposta convencional, com negociações anuais, mantendo o Brasil na redea curta dos credores".

O imperialismo ianque jogou duro para forçar a capitulação. Segundo informações divulgadas pelo jornal "O Estado de São Paulo", James Baker ameaçou cortar todas as linhas de crédito de curto prazo (que financiam exportações e importações) ao Brasil, caso a proposta de converter parte da dívida externa em títulos não fosse abandonada. Isto poderia levar a um rompimento do país com a comunidade financeira internacional. Uma aposta alta, que o governo Sarney não quis conferir, optando mais uma vez pela cédência às pressões dos banqueiros.

PROPOSTA BRANDA

No entanto, a proposta do ministro da Fazenda, descartada com tanta arrogância pelos credores, está muito longe de possuir um conteúdo radical, coisa que ele, aliás, tentou sem muito êxito defender nos Estados Unidos. Consiste em transformar metade da dívida externa brasileira junto aos bancos privados (cerca de 70 bilhões de dólares) em títulos, também denominados de "dívida nova", com novos valores baseados num desconto de 25 a 30%, ou seja, cada 100 da "dívida velha" passaria a valer 75 ou 70, rendendo juros fixos de 3 a 5%, sendo o principal reescalonado por um prazo de 35 anos, com 10 anos de carência.

Embora uma solução "não convencional", o desconto mendingado pelo governo brasileiro encontra sua base no próprio valor da dívida externa no chamado mercado secundário (onde parte dos débi-



Bresser foi chamado às pressas por James Baker, levou um puxão de orelha, ouviu impropérios, baixou a cabeça e deu o dito por não dito

tos brasileiros são vendidos a até 50% do seu valor nominal). Além disto, somente 50% dos créditos sob controle dos bancos privados seriam sujeitos à "dívida nova". O restante seria negociado "à moda antiga". E Bresser Pereira ainda prometeu, futuramente, pagar qualquer resíduo ou eventuais "prejuízos" que possam ser reclamados pelos agiotas (das diferenças entre taxas de juros fixa e fluante e dos descontos de 25 a 30%). Em suma, solicitava apenas o refinanciamento dos débitos, o que poderia, quando muito, aliviar um pouco o estrangulamento do balanço de pagamentos sem entretanto colocar em xeque a transferência de recursos ao exterior.

A reação intransigente dos banqueiros mostra que o imperialismo nem mesmo admite soluções que não sejam diretamente ditadas pelos seus organismos, como FMI, Clube de Paris e Banco Mundial, exigindo dos governos e países dependentes a mais completa submissão a seus ditames.

(UMBERTO MARTINS)

Uma subserviência intolerável

"O Brasil não terá estabilidade de preços e desenvolvimento econômico sem ter equacionado o problema da dívida externa. Para combater o déficit público, é preciso pensar na dívida externa. Ela é a principal responsável pela inflação. A inflação no Brasil subiu fortemente em 1983 e 1984, enquanto o país procurava cumprir o acordo com o FMI e pagar a totalidade dos juros externos. A dívida externa é o problema fundamental do Brasil".

Tais declarações foram feitas há poucos dias pelo ministro Bresser Pereira, em entrevista ao jornal "Folha

de São Paulo". A franqueza do senhor Bresser neste diagnóstico, que embora a cada dia mais óbvio continua a ser dissimulado pelos defensores do atual modelo econômico, contrasta, e muitíssimo, com a conduta que o mesmo senhor vem imprimindo à negociação com os banqueiros estrangeiros, especialmente com a dócil submissão no contato que manteve dia 8 com o secretário do Tesouro norte-americano.

Com efeito, se é precisamente o pagamento da dívida que provoca o déficit público e a alta acelerada dos

preços, impede o crescimento, avilta os salários e causa tantos outros males, cabe definir uma solução corajosa para este que "é o problema fundamental do Brasil". Inclusive instituindo uma auditoria rigorosa sobre a natureza dos débitos (o ministro Renato Acher, da Ciência e Tecnologia, garante que 46% da dívida decorre exclusivamente de "aumentos unilaterais dos juros. E uma parcela que não é devida nem deve ser paga"). Não se pode tolerar a subserviência do atual governo perante os bancos internacionais.

CONSTITUINTE

Pressões e agressões

O Palácio do Planalto e os militares estão travando uma verdadeira guerra contra o parlamentarismo. Assim como o general Figueiredo montou um quartel-general, em 1984, para desencadear uma ofensiva contra a emenda das Diretas-Já, coordenada pelo então presidente do PDS, senador José Sarney, hoje, mostrando ter aprendido bem a lição, o presidente Sarney repete a operação voltando agora suas baterias contra o parlamentarismo.

Nessa guerra suja vale tudo. Da corrupção aberta e deslavada, com a oferta de cargos, empregos públicos e favores diversos em troca de votos na Constituinte, até ameaças, chantagens e pressões diretas sobre os constituintes. Nos últimos dias, Sarney recebeu no Planalto centenas de parlamentares para convencê-los a votar com a tese presidencialista. Os que aceitaram, certamente saíram da audiência com alguma benesse.

Essa atitude do governo do presidente Sarney e de seu Estado-Maior presidencialista, integrado pelos deputados Carlos Sant'Anna, Prisco Vianna, Expedito Machado, Virgílio Távora, pelo senador Marco Maciel e pelo chefe do gabinete civil, Ronaldo Costa Couto, representa uma brutal agressão contra a Assembleia Nacional Constituinte. Na opinião do líder do PCdoB, Haroldo Lima, a atitude do Planalto precisa ser respondida à altura. "A emenda constitucional nº 26, que convocou a Constituinte, dizia que ela seria livre e soberana, o que não está acontecendo. Ela já deixou de ser soberana há muito tempo e agora deixa de ser livre pois os seus membros estão sendo pressionados, coagidos e até corrompidos para votarem de acordo com os interesses do governo. O Palácio do Planalto virou um verdadeiro mercado, onde se compram consciências, se fazem ameaças e todo o tipo de chantagens. Essa situação exige pronta resposta dos democratas", afirmou o constituinte baiano.

O líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, totalmente marginalizado pela cúpula de seu próprio partido e pelo governo, insatisfeito com essas pressões reagiu dizendo que tanto o presidente Sarney, como o general Leônidas têm o direito de manifestar opiniões sobre os temas em debate pela Constituinte. "O que eles não têm — alertou Covas — é o direito de fazer pressões para tentar impor suas posições". Igualmente, o deputado Pimenta da Veiga destacou que as pressões do governo sobre a Constituinte estão "quase acima da ética".

Nesta batalha desleal, o governo conta com dois aliados distintos. De um lado, o general Leônidas Pires Gonçalves, Ministro do Exército, mostra todas as suas garras ao fazer coro contra o parlamentarismo e ameaçar a Constituinte.

De outro, surpreendentemente, o ex-governador do Rio de Janeiro, presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, ocupando palanques da campanha das diretas, para atacar despropositadamente os parlamentaristas, colocando em risco a unidade da frente progressista. Na semana passada, inclusive, reuniu-se por mais de duas horas com o senador Marco Maciel, tratando da questão. Mais claramente acertando um conchavo com Sarney.

O que as pressões do governo e dos militares mostram é a urgência de se articular na Constituinte uma frente parlamentarista para reagir a essas ameaças. O simples fato de Sarney e os militares defenderem com tanto vigor o regime presidencialista revela o seu conteúdo autoritário e antidemocrático. (Moacyr de Oliveira Filho — Brasília)

SÃO PAULO

Obra fascista pixada

Na madrugada de 9 de setembro 12 jovens, num exemplo de dignidade cívica, deram um banho de tinta no monumento fascista que o prefeito Jânio Quadros quer manter na capital paulista. A reação das autoridades não ficou nada a dever aos métodos utilizados por Mussolini, com prisões, agressões, intimidações e a abertura de um processo por "danos contra o patrimônio público". Esta manifestação antifascista se dá junto com o clamor da população paulistana, insultada com a homenagem dos janistas a uma ideologia terrorista.

Apesar de ter sido instalada há poucos dias numa praça entre duas das principais avenidas de São Paulo, o monumento em homenagem a Mussolini já provocou uma enorme polêmica. A União da Juventude Socialista (UJS) decidiu protestar contra este acinte, "pois o Brasil combateu na 2ª Guerra Mundial para derrotar o fascismo", esclarece Ivan Prado, um dos coordenadores da entidade preso.

AÇÃO NA MADRUGADA

Por volta dos 30 minutos da última quarta-feira, os integrantes da UJS chegaram em três carros até as proximidades do monumento. A idéia inicial de pixar a obra foi deixada de lado porque dois soldados da Guarda Metropolitana vigiavam o local. "Saímos da parada de ônibus carregando as latas de tinta entre o grupo e jogamos a tinta no monumento", conta Flávio Vilar, um dos participantes. Surpresos, os guardas só perceberam o ocorrido quando o grupo já corria.

De armas em punho, os policiais agarraram Nara Guisoni e Manuel Rangel, que se atrasaram. O restante do grupo voltou e todos os 12 (inclusive dois menores) ficaram detidos.



O monumento antes da pixação

dos. Em seguida foram chegando outros guardas. O inspetor Nelson Stychnicki, muito arrogante e exaltado, agia de forma violenta, distribuindo bofetões em alguns jovens. A cena lembra os velhos tempos, só faltando os policiais levantarem as mãos em saudação ao "fascio", símbolo fascista colocado no pedestal. Na confusão os jovens ainda conseguiram pixar "UJS" no pedestal.

A maratona de ofensas contra os jovens apenas tinha começado. Dali foram levados para o 4º Distrito Policial onde o escrivão de plantão vociferava palavrões e afirmava que "todos eram marginais". Inclusive não respeitaram a testemunha Luís Carlos Barato Brás. Luís Carlos passava de carro com um amigo pelo local quando viu os membros da UJS sendo presos e os acompanhou até a Delegacia. Ele respondeu ao escrivão porque compareceu ali: "Eu estou aqui para servir como testemunha a esta rapaziada porque é uma luta justa a que eles estão travando e que deve ser

engrossada por todos os brasileiros. Não podemos esquecer o que representou o fascismo".

Com a chegada do delegado os jovens foram trancafiados numa cela conhecida como "sala do corretivo", onde se pratica torturas nos presos. Segundo Nara Guisoni, "havia várias marcas de sangue pela parede". Divo Guisoni, pai de Nara, permaneceu várias horas na Delegacia acompanhando o caso e constatou a truculência dos policiais e investigadores. "A gente sentiu o autoritarismo que ainda permanece muito arraigado na polícia", disse ele.

CORONEL QUERIA TIROS

O comandante da Guarda Metropolitana, coronel José de Ávila, esteve lá orientando os seus subordinados. Os presos ouviram ele dizer aos soldados que os jovens tinham desacetado as autoridades, "porque só a pixação não dava em nada". Testemunhas também afirmaram que ele repreendeu os guardas que estavam de vigia no monumento por não terem atirado.

A violência contra os detidos só não foi maior devido à imediata presença da imprensa, dos advogados Magnus Farkatt e Eduardo Carnelós, este último membro da Comissão Justiça e Paz. Também várias personalidades se mobilizaram para libertar os presos. Às 17:30 horas foram soltos, com exceção dos dois menores que foram enviados para a FEBEM, liberados por volta das 21 horas.

Enquanto Jânio, com seu palavreado troglodita, acusava os membros da UJS de "servandijas de esquerda", o povo via com simpatia esta manifestação antifascista. A luta deverá se ampliar até que este símbolo do fascismo seja varrido das ruas paulistanas.



LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Democratas de ocasião

Algumas pessoas, quando aderem à organização de vanguarda do proletariado, não conseguem assimilar a ideologia marxista-leninista. Para fugirem então das responsabilidades na atuação prática, levantam protestos em nome da “democracia interna”. Com isto, procuram fazer valer a sua política particular em detrimento da política do partido.

Lênin, desmascarando a atividade desagregadora que este comportamento provoca, revela o que existe por trás de tais queixas: “És um burocrata — diz o falso defensor da democracia — porque foste designado pelo Congresso não de acordo com minha vontade mas contra ela; és um formalista, porque te apoias nas decisões formais do Congresso e não no meu consentimento; ages de modo grosseiramente mecânico, porque invocas a maioria ‘mecânica’ do Congresso do partido, e não tens em conta o meu desejo de ser cooptado; és um autocrata; porque não queres pôr o poder nas mãos da velha panelinha que defende sua ‘continuidade’ de espírito de círculo com tanto maior energia quanto lhes desagrada a desaprovação direta desse mesmo espírito de círculo pelo Congresso”.

A democracia é imprescindível ao funcionamento de uma organização revolucionária. Isto quer dizer que todos têm a mais ampla possibilidade de discutir, no seu organismo, as questões em pauta. Mas uma vez decidida a orientação geral, acatando a opinião da maioria, isto se torna lei para o conjunto dos militantes. E, na atividade prática, compete aos organismos dirigentes zelar pela fiel aplicação destas diretrizes, sob a forma de políticas adequadas a cada situação.

Mas os democratistas, quando não conseguem fazer valer suas próprias concepções, contestam a cada passo a autoridade da direção. Na verdade, semeando a dúvida sobre tudo, imagina transformar o destacamento de combate da classe operária num grande clube de debates onde, a cada momento, tudo está em aberto. E onde cada um, de acordo com o que pensa, faz o que achar melhor. Negam concretamente a possibilidade de se constituir um centro de poder que transforme as idéias em ação do coletivo.

Esta tentativa de enfraquecer os órgãos centrais visa evidentemente permitir maior autonomia para os elementos vacilantes, dar aos menos firmes a chance de omitir-se nas ocasiões em que o embate de classes exige dedicação integral e uma atuação unitária. Visa também criar condições para que os oportunistas, ao organizarem grupos dentro das linhas revolucionárias, disputem os postos de comando.

Na Rússia, logo no início da construção do partido, a posição política dos reformistas, que curvavam-se ao espontaneísmo das massas, mascarou-se em questões de organização — e a questão chave era exatamente a maior frouxidão, tanto da vinculação do militante em relação ao partido como da disciplina dos organismos inferiores em relação aos superiores. Era a resistência a acabar com os antigos círculos e integrar-se de fato num partido de nível superior. Era a sobrevivência da concepção pequeno-burguesa em oposição ao modo de pensar e agir do proletariado.

A democracia, no partido do proletariado, não pode evidentemente ser compreendida separada do centralismo. O objetivo da discussão é chegar ao melhor modo de combater e não abrir brecha para que cada um faça apenas o que achar melhor. O partido é uma união voluntária onde cada lutador abre mão do detalhe para obter o objetivo maior, comum à classe. (Rogério Lustosa)

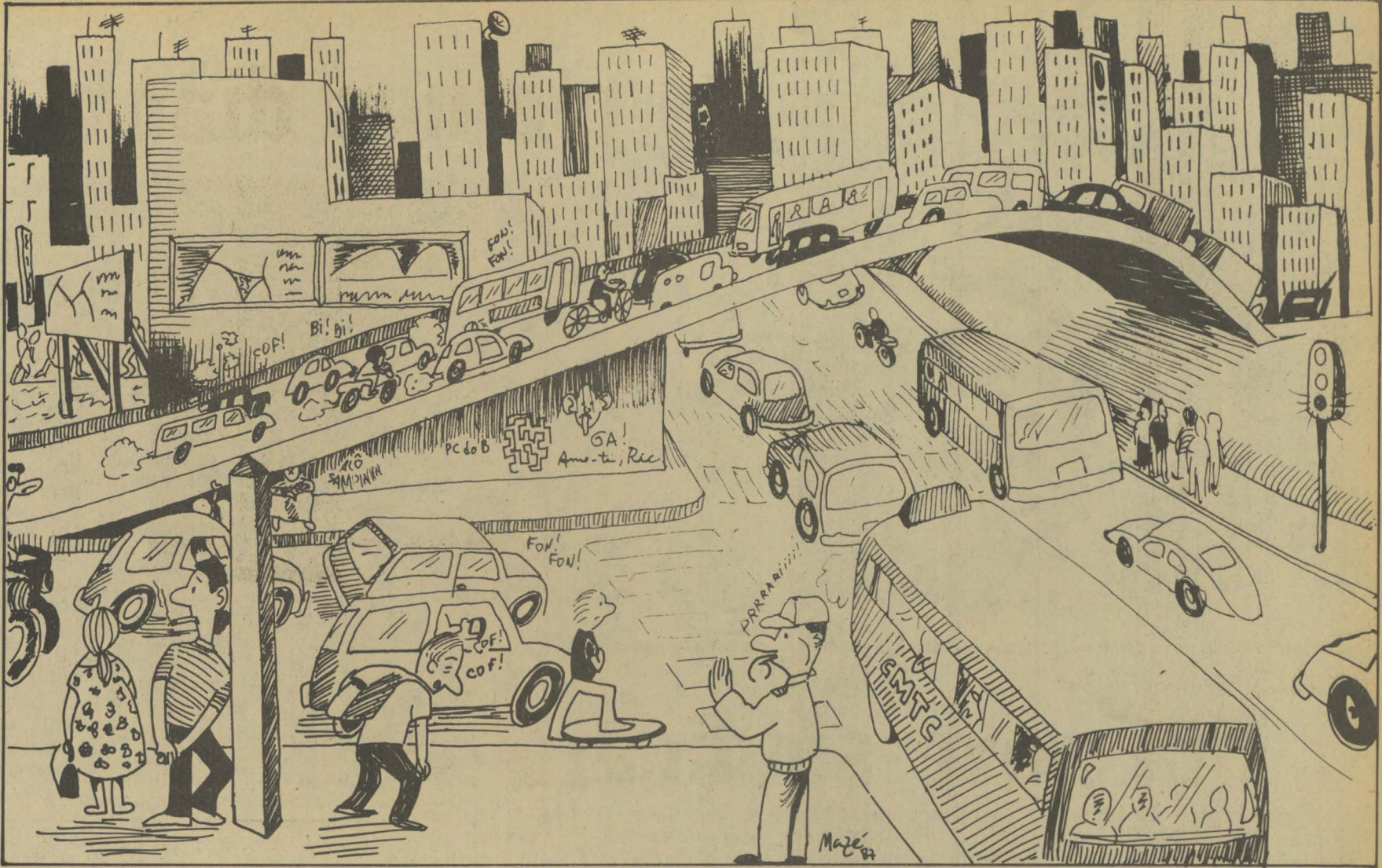
DE OLHO NO LANCE

Na contramão

O sr. Saulo Ramos, procurador-geral da República é, no mínimo, imprudente. Ele resolveu afirmar que a decisão sobre parlamentarismo e presidencialismo já foi decidida, em 1963, pelo plebiscito. Imaginem!

Suponhamos que foi apenas uma falha de memória. Naquele período os militares tentaram impedir a posse de João Goulart, eleito vice-presidente que, pela renúncia de Jânio Quadros, deveria legalmente ocupar o cargo de chefe do governo. Isto sim, já estava resolvido pelo povo nas urnas. Mas os generais só se conformaram quando foi feito um acerto, retirando parte dos poderes presidenciais. O plebiscito foi para verificar se os brasileiros concordavam com este golpe. E a resposta foi um não inequívoco. O povo restaurou o direito de Jango governar conforme a legalidade constituinte.

Agora, sr. Saulo, novamente estão frente a frente os generais e o povo. Tirando lições da vida, os brasileiros querem acabar com o poder imperial do presidente e instalar um regime parlamentarista, pela via legal, constitucional. Os generais resistem. E o sr. usando tão mal o que aprendeu na escola, quer ajudá-los, com falsas análises.



URBANIZAÇÃO

Na selva das cidades

O fenômeno da urbanização é bastante recente na história do homem. Nasceu junto com o capitalismo, que obriga milhões de pessoas a abandonar o campo e se amontoar em cidades superpovoadas, doentes e fétidas. O mais eficiente modo de produção até então apareceu na Terra vem acompanhado das mais odiosas condições de vida para os que criam toda essa riqueza. As condições de vida dos trabalhadores em Londres, quando se processava a Revolução Industrial são bastante conhecidas. As cidades evoluíram de forma caótica e a situação só começou a mudar quando os problemas atingiram tal magnitude que puseram em risco a estabilidade do sistema — os oprimidos haviam atingido um patamar mínimo de organização. Surgiram muitas maneiras de enfrentar esses problemas. Um deles foi o dos sonhadores que propunham soluções que seriam viáveis “num futuro próximo”, confiados na evolução miraculosa da técnica, movidos por uma concepção fetichista do moderno.

É interessante notar que ambas as coisas sobrevivem até hoje: tanto os problemas como os que querem construir cidades aéreas encerradas em redomas de vidro, ou no fundo dos oceanos, ou mesmo colonizar novos planetas — tudo isso enquanto as periferias das “metrópoles” do mundo subdesenvolvido repetem, séculos depois, as mesmas condições degradantes de Londres do começo da indústria. Prova disso foi o recente encontro em São Paulo, de arquitetos e urbanistas que discutiram a cidade do futuro. A discussão ficou tão longe da pedestre realidade de nosso favelado Brasil que tudo terminou num constrangedor incidente, sob a poderosa vaia dos participantes decepcionados.

Mas nem só os teóricos e sonhadores têm o dom de se conservar tão afastados da realidade. Tomemos o exemplo dessa mesma São Paulo. Se tomarmos o período republicano, veremos

que ela salta de 65 mil habitantes em 1890 para 250 mil em 1900 e um milhão em 1930. Só esses números são eloquentes o suficiente para evidenciar a quantidade de problemas que seus administradores teriam que enfrentar e a ousadia que teriam que mostrar. Mas o balanço das administrações da República Velha mostra que a principal preocupação era “embelezar” a cidade, torná-la mais próxima das capitais europeias. Era a época do bonde com 1º e 2º classe. Trazia-se o viaduto Santa Efigênia inteiro, desmontado peça por peça da Bélgica. Enquanto a cidade estava próxima da ruptura — em 1917 houve uma greve de proporções inéditas, em 1918 a gripe espanhola matava milhares de pessoas — Washington Luís, um dos dois prefeitos da cidade que chegou à presidência da república, aparentemente indiferente a isso tudo seguia preocupado em fazer obras viárias de impacto. Os problemas eram enfrentados sem que houvesse uma visão de conjunto, sem qualquer mentalidade de planejamento. Mesmo um prefeito que deixou uma persistente reputação como Prestes Maia, deve as suas glórias a obras viárias. Fez o Plano das Avenidas, que foi talvez a primeira intervenção urbana que seguiu um plano. Outro prefeito que deixou a lenda de uma grande administração não parece estar à altura dela: as grandes obras de Jânio Quadros se resumiram a iniciar a ponte de Vila Maria e ameaçar fazer um plano-diretor, que no entanto não teve seguimento. Pode-se também registrar que a última prefeitura de Prestes Maia (para a qual foi eleito, de vez que a primeira se deu em plena ditadura Vargas) foi marcada por ações de desfavorecimento e não apenas por obras.

A CIDADE PARA OS AUTOMÓVEIS

A predileção dos administradores pelas grandes obras viárias tem, entre outras, uma nítida conotação ideológica: ao construir pontes, viadutos, grandes

avenidas eles constroem a cidade dos patrões. Note-se que a relativa democratização do automóvel só se dá entre nós muito recentemente. Assim o transporte público é sistematicamente relegado a um segundo plano. No correr do século, por várias vezes se fizeram estudos sobre a construção de um metrô na cidade, que sempre deram em nada. Só há poucos anos houve uma certa mudança de atitude, mesmo porque a gravidade dos problemas descartava outra solução. Mesmo assim até o início dos anos 60 ainda se pensava construir uma cidade em função do automóvel. Como sempre as “elites” ao viajar a alguma metrópole no exterior, voltavam e voltam embasbacadas e trazendo soluções vistas lá fora. Assim o prefeito Maluf teve inspiração para a construção do “Minhocão” — era o sonho de uma São Paulo à imagem de Los Angeles.

Mas o planejamento urbano é muito recente entre nós, sobretudo em assuntos como o transporte público. Só em meados dos anos 70 foi feito um esforço mais sistemático nesse sentido. Documentos dessa época ainda falam do planejamento de uma estrutura de planejamento. E ainda são escritos em inglês por empresas de consultoria estrangeira.

Mas mesmo depois de estabelecida uma estrutura permanente de planejamento a coisa não evoluiu facilmente. Por exemplo, em janeiro de 1976 foi concluído um “Estudo Preliminar de Melhorias do Sistema de Ônibus da Grande São Paulo”. Foi feito um estudo de viabilidade econômica de um sistema de tróleibus. Esse estudo previa a implantação em 5 anos de uma rede básica de 258 km envolvendo 1280 tróleibus em 33 linhas. O estudo apontava inclusive perspectivas econômicas bastante favoráveis para o projeto. Apontava também para uma redução da poluição, uso de tecnologia nacional e uma evolução global do sistema de transporte público. No entanto quase nada desses planos foi materializado. Uma tentativa recen-

te de implementar um corredor de tróleibus ou seja, a alteração física de uma via importante com nítido favorecimento do transporte público sobre o particular, foi boicotada quando a atual administração tomou posse. A obra atrasou mais de um ano. Mesmo assim, quando já estava próxima do fim, levantou-se um grande alarido na imprensa contra o corredor. Seria o “corredor da morte” por provocar acidentes em número elevado; traria consequências desastrosas para o trânsito da cidade por influir negativamente no fluxo de outras artérias. O atual prefeito creditava toda a responsabilidade de tal obra ao prefeito anterior — ele só a tinha levado adiante porque ela já era irreversível quando de sua posse. Apesar de toda a campanha feita nas rádios, televisões e jornais a operação do corredor foi um sucesso, comprovado por seus usuários que tiveram o tempo de percurso em ônibus reduzido à metade. Apareceram então, misteriosamente, faixas que creditavam à atual administração o sucesso da obra.

OS RECURSOS SÃO UMA INCÓGNITA

A cidade de São Paulo sofre hoje um retrocesso em termos de filosofia administrativa que merece ser considerado mais detidamente. Não se trata apenas de fatos de anedotário (triste) como o acima narrado. Trata-se de um retrocesso global, mesmo se nos ativermos a comparações de alguns prefeitos do período autoritário mais recente. A tímida tendência esboçada de valorização do transporte público, execução ao menos de algumas obras na periferia e certa atenção aos gastos sociais está enterrada. Foi paralisada a construção de novas escolas, fecharam-se creches e até um pronto-socorro. A política tarifária praticada levou a tarifa de ônibus a ser uma das mais caras do Brasil. Volta-se ao velho conceito de “embelezar” a cidade. Os ônibus estão sendo pintados de vermelho como em Londres e terão eventualmente dois andares (apesar da fiação aérea aqui existente tornar o modelo virtualmente inexistente). Serão construídos viadutos, túneis, um “boulevard” e também um monumento a antiga disputa política; o “buraco do Jânio”, ao lado do “buraco do Ademar”. Todas essas proezas urbanísticas somadas chegam, numa estimativa modesta, aos 200 milhões de dólares. As fontes desses recursos permanecem uma incógnita, porque mesmo com a realocação de verbas vindas da Secretaria da Saúde ou da Educação, a prefeitura não tem recursos para obras de tal envergadura. É possível que a dívida que os paulistanos se verão forçados a honrar no futuro venha a dobrar em comparação aos números de hoje. Como a maior parte dessas obras não ficará pronta na atual administração, parece claro que a intenção básica é fazê-las irreversíveis para o próprio prefeito. Tal atitude causa estranheza e deve merecer, no mínimo, criteriosa reflexão. (Abel Brasil)

Impostos para os pobres

Preocupado com a difícil viabilização do aristocrático plano de obras que pretende realizar em São Paulo, o prefeito Jânio Quadros enviou no último dia 25 à Câmara Municipal projeto de lei que, se aprovado, implicará numa espécie de reforma tributária às avessas: além de elevar brutalmente a carga de impostos do município, penalizará em particular a parcela pobre da população.

O projeto de Jânio implica em uma longa série de alterações na sistemática através da qual é hoje calculado o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), que incide sobre terrenos e edificações. O primeiro grupo de medidas equivale à aplicação em dobro da

correção monetária sobre os valores pagos atualmente. Isso porque além de corrigir em 365% o valor da Unidade Fiscal do Município (UFM), que serve de base para cálculo dos tributos, as propostas estabelecem que as prestações do IPTU serão pagas com correção monetária mensal.

Estudos feitos na última semana pelo vereador Arnaldo Madeira, do PMDB, demonstram, como, além disso, as decisões representarão sacrifício redobrado para os menos favorecidos. Em primeiro lugar, a elevação brusca da Unidade Fiscal do Município fará segundo o vereador, com que a maioria dos imóveis hoje isentos de imposto, a partir do ano que vem, a isenção valerá

apenas para os imóveis com valor venal até Cz\$ 180.000. Além disso, a cobrança de correção monetária sobre os impostos pagos em parcelas prejudicará justamente os mais pobres, incapazes de quitar de uma só vez toda a dívida junto à prefeitura.

Um quadro comparativo esboçado por Arnaldo Madeira com base nestes estudos é revelador: enquanto o IPTU de uma residência de 335 m² no elegante bairro de Perdizes, urbanizado e habitado predominantemente pela burguesia, terá aumento de 947%, o imposto de uma casinhola no esquecido subúrbio de Piratuba, onde se abrigam operários e profissionais de baixa renda, subirá 1967%.



Os integrantes da nova diretoria pretendem dinamizar e enraizar o sindicato nas fábricas

METALÚRGICOS-PINDA

Um novo sindicato

Os metalúrgicos de Pindamonhangaba, no interior paulista, elegeram nos dias 3 e 4 passados a Chapa 1 — União e Luta — para a direção do seu sindicato. A vitória ocorreu no primeiro escrutínio por 1.139 votos contra 717 dados para a Chapa 2 — articulação formada às pressas e batizada pelos operários de “chapa fria”, que reunia elementos apelegados.

O presidente eleito, José Monteiro, trabalha na Alcoa Alumínio há 20 anos e é reconhecidamente uma das principais lideranças dos metalúrgicos de Pinda, cidade que juntamente com São José dos Campos e Taubaté forma um importante pólo industrial no Estado de São Paulo. No município estão localizadas grandes empresas como a Alcoa, Alcan, Villares e Confab, com mais de mil trabalhadores em cada uma. O sindicato representa uma categoria combativa, com experiência de luta, que tem participado das mobilizações contra o arrocho salarial e o desemprego.

GREVE DOS METROVIÁRIOS

Esta é a primeira diretoria do recém-fundado Sindicato dos Metalúrgicos de Pindamonhangaba. Anteriormente a cidade possuía apenas a delegacia sindical de Taubaté, mas devido a grande concentração de operários foi necessária a criação de uma entidade de base municipal. As lideranças agora eleitas tiveram importante papel na conquista da carta sindical. Elas precisaram inclusive superar “as manipulações do presidente da Federação dos Metalúrgicos, Argeu Egídio dos Santos”, conforme explica Enéas Santos, o novo secretário-geral da entidade.

VÁRIOS OBSTÁCULOS

Segundo Manoel dos Santos, o popular Marron, eleito vice-presidente do sindicato, as eleições trouxeram grandes ensinamentos para os integrantes da chapa vitoriosa. “Nós tivemos uma demonstração do que são capazes os patrões e os pelegos para abocanharem a direção de uma

entidade de classe. Eles fizeram de tudo para impedir que gente honesta, comprometida com a luta da categoria, ganhasse o pleito”, afirma.

Marron lembra que “nós fomos vítimas de calúnias, tentativas de suborno e sofremos inclusive um golpe da própria DRT (Delegacia Regional do Trabalho)”. Este órgão governamental, pressionado pela Federação dos Metalúrgicos, concedeu direito de registro à Chapa 2 para concorrer ao pleito sem sequer ela cumprir as determinações legais. Posteriormente adiou as eleições para facilitar a articulação dos pelegos.

“Apesar de todos os golpes, os metalúrgicos venceram”, comenta Enéas. Para ele, “a categoria compreendeu o que se passava e atropelou toda a estrutura da Federação, que foi colocada a disposição da Chapa 2”. A nova diretoria pretende dinamizar a entidade, enraizá-la nas fábricas e preparar a próxima campanha salarial.

BANCÁRIOS-PORTO ALEGRE

Vitória da união

A chapa 2, Movimento de Ação Sindical Bancária, foi a grande vencedora na primeira rodada nas eleições para o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. O Sindicato congrega 18 mil filiados entre os 23 mil trabalhadores da categoria.

A votação ocorreu nos dias 1, 2, 3 e 4 últimos, tendo participado três chapas. A chapa 2, encabeçada por Luís Filipe Nogueira, caracterizou-se pela amplitude na sua composição, aglutinando lideranças expressivas dos bancários na capital, representando diversas correntes políticas e sindicais que atuam na categoria. A chapa 1, formada pela atual diretoria e com o apoio da CUT, representa a continuidade da política aparelhista que muito afastou a entidade dos trabalhadores. A chapa 3, formada na última hora, não tinha expressão.

O Movimento de Ação Sindical Bancária teve maioria em 80% das urnas, com expressiva votação nos principais bancos, como Banrisul, Meridional, Banco do Brasil e alguns particulares. Teve 4.242 votos, contra 3.477 da chapa 1 e 1.992 da chapa 3.

Luís Felipe Nogueira diz que “esta vitória vai refletir no movimento sindical, dando um novo impulso à construção de uma alternativa rumo à unidade, rompendo com o sustentáculo dos setores mais

estreitos entre os trabalhadores”.

“Mas a segunda rodada — denuncia Nogueira — parece que não vai se realizar num clima ameno. Isto se deve à atual diretoria e à chapa 1, que tem nas suas mãos a secretaria do Sindicato”.

Para Mauro Salles Machado, também integrante da chapa 2, o resultado do primeiro escrutínio “foi uma vitória da categoria. Resgatamos o sindicato para os bancários, rompendo com a política do aparelhamento da entidade que vinha sendo seguida pela atual diretoria, onde quem não pertencesse a algum grupo do PT era isolado”.

“A chapa 1 está desesperada — continua Mauro — levantando inclusive acusações de fraude sem a mínima sustentação. Pretende tumultuar o processo eleitoral”. Ele denuncia ainda que estas atitudes estão sendo encampadas pelo atual deputado estadual José Fortunati, ex-presidente do Sindicato, que faz tudo para tentar manter este aparelho nas suas mãos.

A vitória da chapa 2 significou uma fragorosa derrota da CUT no Rio Grande do Sul, principalmente dos setores mais divisionistas do movimento sindical. Com isto ganhou a categoria bancária e o conjunto do sindicalismo gaúcho. (da Sucursal)



Greve dos bancários gaúchos: voto por um sindicato consequente

Repúdio à degradação do Metrô

Na sexta-feira, dia 4, os metroviários paulistas paralisaram totalmente suas atividades para repudiar a atitude arbitrária da empresa que puniu seis funcionários. O protesto serviu para denunciar à população o estado de degradação do Metrô e desmascarar a companhia que tenta responsabilizar os trabalhadores pelos constantes incidentes no sistema.

O episódio que fez transbordar a revolta da categoria ocorreu no dia 13 de agosto, quando houve a queda, na estação Armênia, do terceiro trilho — exatamente de onde provem a energia para o trem. Devido à falha dos equipamentos, a maior parte da sinalização da operação e proteção automática do sistema ficou danificada, o que poderia gerar um acidente mais grave. Durante todo o dia o Metrô funcionou precariamente.

Posteriormente, a comissão técnica, formada pela companhia estatal para apurar as razões do incidente, reconheceu que não houve negligência dos metroviários. Mas a direção do Metrô, procurando esconder da opinião pública a degradação do sistema nos últimos anos, preferiu colocar como bodes expiatórios seis funcionários, punindo-os. Um deles, Robson Fain, foi demitido; os outros foram suspensos ou levaram advertência por escrito. Essa atitude irresponsável e arbitrária acabou jogando a população contra os trabalhadores nos dias seguintes.

ADESÃO TOTAL

A greve do dia 4, deliberada por aproximadamente 1.500 trabalhadores em assembleia, serviu para protestar contra a postura do Metrô e do governo do Estado. Além disso, os metroviários exigiram a reintegração dos punidos — entre eles, um funcionário com 15



As estações da capital paulista ficaram totalmente paralisadas

anos de casa. “Mas o objetivo maior da greve — segundo Carlos Santi, diretor do Sindicato dos Metroviários de São Paulo — foi mostrar ao povo o estado de deterioração desse sistema de transporte”. A paralisação obteve 100% de adesão.

O processo de degradação do Metrô nos últimos anos é visível para todos os aproximadamente 1,5 milhão de usuários diários. São constantes as filas nas bilheterias, o acúmulo de pessoas nas plataformas, o atraso dos trens, o precário funcionamento das escadas rolantes etc. Os incidentes também são comuns. Segundo levantamento feito pelo sindicato, em 1986 ocorreram 61 “acidentes notáveis” — os que causam transtornos aos usuários. Já nos oito primeiros meses deste ano, houve um aumento para 75 casos — alguns deles bastante graves.

Em agosto do ano passado, por exemplo, houve o descarrilamento de um trem na ligação da linha Norte-Sul com a Leste-Oeste. A sorte é que não havia pessoas nos vagões, que ficaram totalmente destruídos. O depoimento do operador Henrique Santos dá a ideia da gravidade do incidente: “O estrago do carro 1.207 foi tão grande que se houvesse usuário não teria sobrado um

para contar o ocorrido. Além da ferragem retorcida interna e externamente, teve também o contato com o terceiro trilho que energizou totalmente a caixa (os vagões). Se o problema tivesse sido no carro líder, eu não estaria fazendo o relato”.

QUESTÃO POLÍTICA

Os metroviários têm claro que esse processo de danificação do sistema nos últimos anos não ocorreu por acaso. Segundo Carlos Santi, a razão foi política. “Nas gestões passadas, a direção do Metrô se preocupava quase que exclusivamente com a expansão da rede. Seu objetivo era eleitoral, era inaugurar estações às pressas para conseguir votos. O cronograma de trabalho não era técnico, mas sim político”, garante.

Devido a essa conduta, os recursos necessários para operação e manutenção foram desviados para a expansão. Muitas estações inclusive foram inauguradas sem qualquer infra-estrutura, sem contar, por exemplo, com equipamentos de operação automática ou com circuitos internos de TV que servem para averiguar o embarque e desembarque dos passageiros.

Essa conduta também piorou as condições de trabalho

dos metroviários, com estações sem vestiários, gabinetes sem ventilação. Ocasionalmente ainda a queda do número de trabalhadores. Atualmente o Metrô conta com 6.800 funcionários, quando, segundo Santi, seriam necessários pelo menos 10 mil metroviários para operar a contento o sistema. “Há ausência de pessoal em todos os setores”, afirma o sindicalista.

Outro lado perigoso dessa política foi o menosprezo pela manutenção. A vida útil de muitos equipamentos do Metrô já está superada. A quilometragem dos trens estourou o previsto e o intervalo para checagem dos aparelhos dobrou de tempo. Para Santi, “só não ocorreu um acidente mais grave até agora porque tivemos sorte e o metroviário é competente”.

No processo da degradação do Metrô também surge um outro grave risco: a privatização. Inúmeros sintomas existem nesse sentido. Em várias áreas da companhia já foi implantado o gerenciamento, concedendo-se a empresas privadas serviços que deveriam ser feitos pela própria estatal. É o caso do setor de projetos de sistema, da rede de trem-bus e de obras. Também na área de compras existem gerentes de particulares.

O atual presidente do Metrô, Antônio Sérgio Fernandes, foi o mesmo que promoveu a privatização de inúmeros setores da Fepasa no governo passado. E ele não esconde seu intento de ceder importantes fatias da companhia para empreiteiras no sistema de gerenciamento.

(Altamiro Borges)

A morte de um lutador



Faleceu no último dia 9, em São Paulo, o comunista João Francisco, o popular Chicão. Sua morte prematura, aos 43 anos, ocorreu devido a inúmeros problemas de saúde. Além da antiga hipertensão arterial, recentemente sofreu derrame cerebral e insuficiência renal.

O falecimento de Chicão comoveu o coletivo partidário

rio e o povo pobre da Zona Oeste. Filho de bóias-frias de Igarapava, ele veio para a capital em 1958. Aos poucos se engajou no movimento operário. Em 1968 participou da histórica greve da Cobrasma de Osasco. Em 1976 ingressou no Partido Comunista do Brasil e reforçou sua atuação na base metalúrgica. Também liderou o Movimento Contra Carestia. Nas eleições do ano passado, foi candidato a deputado estadual pelo PCdoB. Atualmente dirigia o Diretório Distrital da Lapa, bairro de grande concentração proletária.

Para Joel Batista, da Executiva do Diretório Regional, “a morte de Chicão é uma grande perda. Ele era um homem simples, com grandes vínculos com o povo. Era um defensor intransigente da unidade do partido”.

Violência na CMTC

Noite alta na garagem da CMTC em São Paulo. De repente, gritos, correrias, homens de armas nas mãos, todo mundo de mãos na cabeça. Assalto? Não, é o tenente Toscano, oficial da PM, à frente da força paramilitar criada pelo sr. Antônio João Pereira, presidente da empresa, fazendo uma “vistoria”. Sob ameaças, todos os funcionários são obrigados a abrir os armários e submetidos a revista. Treinada no estilo da Operação Bandeirantes (Oban), a brigada espalha o terror entre os trabalhadores.

Mas não para aí o clima policial implantado na empresa no governo Jânio Quadros. No dia 4 de maio, por decisão de assembleia geral da categoria, a CMTC entrou em greve por aumento de salários. O prefeito escolheu 56 “culpados”, entre os 15 mil grevistas, e os demitiu por “justa causa”. Entre eles Gregório Poço, que pouco tempo antes havia sido arbitrariamente afastado da função de diretor de representações, para a qual havia sido eleito pelos funcionários. E revelando sua mentalidade fascista, Jânio emitiu circular a todas as empresas particulares do município proibindo a admissão de qualquer um dos trabalhadores demitidos.

Ocupação no Paraná

No final de agosto, cerca de 50 famílias, cansadas de esperar pelas medidas de reforma agrária do governo, ocuparam uma área do município de Mangueirinhas, sudoeste do Paraná. Elas exigem da Secretaria de Reforma Agrária, a imediata desapropriação e o assentamento dos ocupantes, que correm o risco de serem arbitrariamente despejados, como vem ocorrendo com outras iniciativas. Fato curioso é a presença na região de cerca de 400 fazendeiros da UDR, armados até os dentes, visando impedir qualquer movimento popular por terra.

A ação foi organizada pelo Movimento pela Reforma Agrária do Paraná, que integra nove acampamentos de trabalhadores rurais em todo o Estado.

(Sucursal)

Mortes em Roraima

Somente no mês de agosto, quatro pessoas foram assassinadas em Roraima na luta pela terra — três índios e um garimpeiro. Estes são números oficiais, mas comenta-se que na verdade a cifra é de oito mortos.

É sabido que o bispo da Diocese, Dom Aldo Mongiano encontra-se incluído na lista negra das pessoas marcadas para morrer pelos grileiros, junto com líderes sindicais, advogados e professores da região.

Renovação no DCE

A chapa “Solte a Voz” saiu-se vencedora no pleito para a direção do DCE da Universidade Católica de Pernambuco, derrotando a “Independentes”, articulada pelo PFL, e a “Começar de Novo”, ligada ao PT e PCB. “Solte a Voz” ganhou em todas as escolas, com destaque para a de Ciências Tecnológicas (CCT), onde obteve 421 dos 450 votos.

Avanço secundarista

O movimento secundarista está numa fase de crescimento em São Paulo. No dia 6 de setembro foram realizados três congressos estudantis secundaristas, em Santos, Marília e Ribeirão Preto. Todos eles decidiram pelo fortalecimento da campanha das diretas em 88, exigiram reforma curricular e a aprovação na Constituinte da emenda popular do Fórum Nacional de Educação — escola pública e gratuita para todos, verba pública só para escolas públicas, democratização do sistema educacional. Serão formadas caravanas para ir à Brasília nos dias das votações. Decidiram também a realização de seminários sobre educação em cada local.

Eleição na APLB-BA

Os professores licenciados da Bahia se preparam para eleger a nova diretoria da sua associação sindical (APLB), marcada para o período de 28 a 30 de setembro. No último dia 30, uma convenção com mais de 300 professores indicou o nome da atual presidente da entidade, Maria José Lima, para concorrer à reeleição, encabeçando a chapa “A Luta Continua”. O programa da chapa também foi definido no encontro, prevendo, entre outros pontos, a consolidação da organização da APLB-BA nas bases. (da sucursal)

ERRATA

Na edição anterior, as fotos de José Altamiro Paim da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul e da chapa vencedora no Sindicato dos Metalúrgicos no Rio de Janeiro saíram trocadas.

AGROTÓXICOS

Os males do abuso

O deputado estadual Walter Lazzarini (PMDB-SP), também presidente da Comissão de Defesa do Meio-Ambiente da Assembléia Legislativa de S. Paulo, deu entrevista à **Tribuna Operária** sobre utilização indiscriminada de agrotóxicos nos estados do sul do país, onde se consome mais de 70% dos defensivos usados em todo o país.

TO: *Deputado, alguns dados indicam que o uso de agrotóxicos é particularmente grave em alguns estados brasileiros.*

Walter Lazzarini: “Exatamente. Estados desenvolvidos, como S. Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul concentram o uso de agrotóxicos. Em todo o país são consumidos aproximadamente 105 mil toneladas por ano. São Paulo usa anualmente 38 mil toneladas, ou seja, 36% do consumo nacional. O Paraná consome 21%. São Paulo e os estados da região sul, somados, são responsáveis por 75 e 80% de consumo de agrotóxicos no país.”

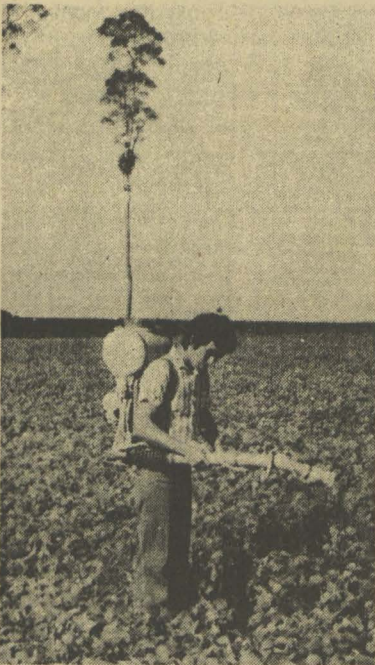
TO: *Quais as consequências que isso traz à população e aos trabalhadores?*

Walter Lazzarini: “A utilização indiscriminada destes venenos causa os mesmos problemas. Para se ter uma idéia, nós calculamos que ocorrem cerca de 12 mil casos de intoxicação de trabalhadores rurais por agrotóxico a cada ano no Brasil. O estado que lidera esta triste estatística é o Paraná.”

TO: *Além da intoxicação, quais os demais problemas causados?*

Walter Lazzarini: “Além de intoxicar os trabalhadores rurais e seus filhos, o agrotóxico traz problemas econômicos ao pequeno agricultor, que paga muito caro por estes produtos, e fica com uma produção cada vez mais cara e menos competitiva. Além disso, há um grave problema para as finanças do país. Em termos globais, a economia brasileira é sangrada anualmente em cerca de 200 milhões de dólares, que é o custo dos produtos importados das multinacionais”.

TO: *É possível utilizar eco-*



Os agrotóxicos, segundo Lazzarini, provocam muita intoxicação

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. **Telefones:** 36-7531 (DDD 011) **Telefax:** 01132133 TLOBR **Jornalista Responsável:** Pedro de Oliveira. **Conselho de Direção:** Rogério Lustosa, Bernardo Jofilly, Olívia Rangel. **ACRE** - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69900. **ALAGOAS** - Arapiraca: Praça Luis Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. **BAHIA** - Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. **Feira de Santana:** Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100. **Itabuna:** Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. **Itapetininga:** Av. Santos Dumont, 44, 1º andar -

nomicamente a agricultura biodinâmica ou processo similar, dispensando os agrotóxicos?

Walter Lazzarini: “Sem dúvida nenhuma. Nós vivemos um momento particular na agricultura brasileira. Nunca se viu usar tanto agrotóxico. Nosso mercado consome cerca de 700 milhões de dólares de um total de 13 bilhões consumidos anualmente em todo o mundo. Esse fato chama a atenção das multinacionais do agrotóxico e da indústria química em geral, fazendo com que elas invistam cada vez mais massivamente para ocupar nosso mercado. No momento, nossa preocupação está sendo conscientizar o agricultor e o trabalhador rural, os sindicatos, associações e entidades ecológicas, para a barba-ridade que representa esta utilização abusiva e indiscriminada.

Eu mesmo sou autor de uma lei que planeja e ordena o uso desses produtos. Mas até agora esta lei não entrou em vigor em S. Paulo, devido às constantes pressões das multinacionais, que recorrem sistematicamente ao Supremo Tribunal, impedindo a aplicação da lei. Acho também que a Secretaria da Agricultura deveria divulgar pesquisas de controle biológico alternativo, utilizando vespas, abelhas, fungos, etc.

TO: *O que está fazendo a Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembléia?*

Walter Lazzarini: Muita coisa. A comissão é responsável pela análise dos projetos de lei dos deputados, dando pareceres favoráveis ou contrários. Mas além disso, funcionamos como um fórum de debates das questões relativas ao meio ambiente, levando à Assembléia especialistas, entidades ambientalistas e a população, para discutir assuntos ligados ao uso de agrotóxicos. A comissão tem também caráter itinerante. Quando convidados a investigar a degradação do meio ambiente, nós vamos no local da denúncia e levamos deputados e técnicos para avaliar os problemas in loco.

TO: *Há uma crescente preocupação da sociedade em relação ao uso indiscriminado de agrotóxicos.*

Walter Lazzarini: “Há também um interesse muito grande por parte dos ‘lobbies’ de diversos segmentos no sentido de colocar os interesses de certas obras e projetos agrícolas acima da preservação ambiental. Cabe às entidades ecológicas e à sociedade como um todo manifestarem-se, impedindo que o ambiente seja destruído. Acho que antes de iniciarmos qualquer obra temos que colocar como premissa básica a necessidade de um relatório sobre impacto ambiental, que preserva o meio ambiente. (Haroldo Amaral, da sucursal de Botucatu)

POR TRÁS DA VIOLÊNCIA, A UDR

Divino Goulart destacou ainda outros acontecimentos intimamente ligados à sanha reacionária da UDR, como a invasão da Fetaeg por oito pistoleiros, na tentativa de assassiná-lo. Até hoje, ninguém foi responsabilizado por estes crimes. Um vereador de Santa Bárbara, que vinha denunciando os atos de violência no campo, teve como resposta o assassinato de dois de seus filhos, além da esposa. Até numa área já desapropriada pelo presidente da República, no Vale do Joari, outro camponês foi morto. Naquela região, o latifúndio acionou a



Divino Goulart, presidente da Fetaeg, condena a ação terrorista da UDR e dá apoio da entidade à luta pelo assentamento, em Anicuns — Goiás.

GOIÁS

Seis assassinatos no primeiro semestre e três no segundo, sete despejos, só este ano! Este é o quadro da situação no campo em Goiás, onde a luta pela terra acirrou-se ainda mais após a criação da UDR (União “Democrática” Ruralista) na região, em fins de 1985. “Depois que realizamos o IV Congresso de trabalhadores do Estado, exigindo do presidente da República a reforma agrária, em maio de 1985, os latifundiários intensificaram a truculência no combate ao plano nacional de reforma agrária”, declarou o presidente da Federação dos Trabalhadores rurais de Goiás, a Fetaeg, Divino Goulart da Silva. Para ele, o número de mortes, ameaças e despejos aumentou muito de 86 para cá, depois que a UDR foi criada.

A violência tem sido uma questão que vem preocupando sobremaneira o movimento sindical rural, em Goiás, e ela vem crescendo a cada dia, “na medida em que se denuncia os fatos às autoridades e nenhuma punição é aplicada em cima dos criminosos”, esclarece o presidente da Fetaeg, ao lembrar que o governo de Goiás não tomou providências para combater o crime organizado no campo.

Para ilustrar o quadro hediondo vivido no Estado, Goulart cita alguns exemplos de assassinatos que até hoje estão impunes, como o caso de Sebastião da Paz, assassinado em agosto de 1984; o do padre Jósimo e agora, recentemente o padre Francisco Kawazzuti, entre várias outras lideranças. “Eu mesmo”, conta Goulart, “fui severamente ameaçado e somente graças à organização e proteção de vários companheiros não conseguimos seu intento, apesar de terem rondado minha casa por mais de 30 dias”.

Divino Goulart destacou ainda outros acontecimentos intimamente ligados à sanha reacionária da UDR, como a invasão da Fetaeg por oito pistoleiros, na tentativa de assassiná-lo. Até hoje, ninguém foi responsabilizado por estes crimes. Um vereador de Santa Bárbara, que vinha denunciando os atos de violência no campo, teve como resposta o assassinato de dois de seus filhos, além da esposa. Até numa área já desapropriada pelo presidente da República, no Vale do Joari, outro camponês foi morto. Naquela região, o latifúndio acionou a



Justiça, querendo fazer passar a propriedade como se fosse empresa rural. Organizaram uma milícia armada que promoveu vários tiroteios, fazendo os trabalhadores se deslocarem até a capital, exigindo da secretaria da Segurança pública o desarmamento dos pistoleiros, especialmente na região de Couto Magalhães. Resultado: apesar de se comprometer com a pacificação, o secretário Ronaldo Jayme e o próprio ministro da Justiça não impediram que o filho de um fazendeiro matasse um trabalhador e que outro fosse baleado.

A luta no campo se apresenta muito desigual, exigindo uma atitude mais eficiente por parte da Fetaeg, no combate à violência latifundiária. “Enquanto eles atiram em padres e camponeses com armas pesadas”, continua Goulart, “não temos armas, mas apenas a ferramenta de nosso trabalho. Então, o poder econômico e político da UDR, precisa ser combatido com nossa única arma ou seja, a UNIÃO, dando proteção um ao outro. Isso tem custado muitas vidas de trabalhadores e sacrifício de famílias inteiras. Mas a luta continua, a organização no campo avança e não podemos ficar esperando muito das autoridades, pois está confirmado que elas não têm se mobilizado”.

“É PRECISO AMPLIAR A LUTA”

“Para se tentar barrar a ação reacionária do latifúndio, é preciso organizar ampla frente que conte com o apoio da Igreja, dos estudantes, dos partidos políticos, do movimento sindical, realizando encontros, manifestações públicas, conferências”. Estas são as preocupações do presidente da Fetaeg, explicando que “essa campanha tem que dar certo pois espontaneamente isso já vem ocorrendo, mas não é o suficiente”. O combate ao latifúndio não pode se dar de forma isolada e desunida. Essa concepção tem que ser condenada, criticando-se a divisão que hoje existe por exemplo em relação às centrais sindicais. Mas o movimento dá sinais de união: segundo Goulart, atos pela reforma agrária, contra a violência têm se dado unificadamente. Divino ergue a bandeira da unidade do movimento sindical, dizendo que essa divisão vem desde 1981 e tem custado muito caro para os trabalhadores. “A pressão exercida pelo latifúndio, a exploração do capital, o arrocho salarial, tudo isso leva os cam-



Exemplo dos despejos promovidos pelo latifúndio em Planaltina.

poneses à união, pois são problemas sentidos por todas as categorias de trabalhadores rurais”, argumenta Divino.

O latifúndio, através da UDR, por seu turno, vem mantendo livre trânsito junto às hostes governamentais. Tem uma representação significativa tanto dentro do governo federal como na Assembléia Constituinte, o que torna mais fácil emperrar o plano nacional de reforma agrária. “Sarney e os homens de confiança da UDR”, assevera Goulart “tentam atropelar o movimento camponês de duas formas: a violência e a tentativa de cooptação. São pressões diretas contra famílias de posseiros, despejos criminosos e a ação de “ganhar” lideranças sindicais através do assistencialismo médico-odontológico e da extorsão.” Quanto à essas ameaças, Divino é enérgico: — “Estamos muito atentos. É preciso vigilância para impedir que os sindicatos percam sua capacidade de combater. A própria CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores rurais) revela certas debilidades, não estando preparada o suficiente para enfrentar as armas e o dinheiro da UDR. Segundo Divino, “o movimento camponês é um dos maiores do país, e por isso mesmo, deve parar para refletir para que ele mesmo não se perca e concentre sua atividade. Em relação à constituinte é urgente mobilizar a categoria a nível nacional, no sentido de pressionar os deputados a aprovarem as reivindicações camponesas”.

Enquanto isso, a postura do governador Henrique Santillo tem sido tímida com relação à luta no campo, principalmente no que diz respeito à implantação da reforma agrária no Estado. O presidente da Fetaeg entende que não basta se combater a pistolagem, mas o mandante do grileiro, a UDR. Considera ainda que o governador não tem tomado uma

posição corajosa no sentido de combater o crime organizado em Goiás. O combate à violência e a implantação da reforma agrária são duas questões que o governo Santillo tem que encarar com mais firmeza, sob pena de desmoralização. Esse é o raciocínio de Goulart, para quem um grupo executivo da reforma agrária, criado recentemente, está totalmente desparelhado. “Falta determinação política para enfrentar estes dois problemas”, insiste o sindicalista, “o que já tivemos oportunidade de colocar várias vezes para o governador”.

DOIS MIL PELA REFORMA AGRÁRIA

A ida à Brasília, marcada para o próximo dia 26 de setembro, dos trabalhadores rurais de todo o país para pressionar a Assembléia Nacional Constituinte na votação das emendas da questão agrária, pode ser a última cartada da categoria a nível legal. “Estamos fazendo um esforço para levar dois mil trabalhadores para a capital federal, para acompanhar as votações”, disse Goulart, completando que essa etapa da constituinte “é de vida ou morte”.

A reforma agrária, na análise do presidente da Fetaeg, “é um dos passos fundamentais para o avanço da nação. Não pode existir combate eficiente à violência, mudança da situação do país, alteração no quadro sócio-econômico sem se pensar na estrutura da terra”. Divino Goulart considera que o movimento camponês não será derrotado. “Os constituintes vão se sensibilizar a ponto de viabilizar a reforma agrária no Brasil” e, para isso, diz ele, “é preciso que conste da nova carta a limitação da propriedade da terra e também a imissão imediata de posse”.

(Gilson Cavalcanti — sucursal GO)

Tribuna Operária

-Fone: 221-5444 - CEP 58000. **MATO GROSSO** - Cuiabá: R. Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000. **MATO GROSSO DO SUL** - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. **MINAS GERAIS** - Belo Horizonte: R. Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. **PARÁ** - Belém: R. Manoel Barata, 993 - CEP 66000. **PARAÍBA** - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. **Campina Grande**: Praça da Bandeira, 117, 1º

andar - Centro - CEP 58100. **PARANÁ** - Curitiba: R. Saldanha Maranhão, 370, 2º andar - Fone: 222-9120 - CEP 80000. Londrina: R. Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - Fone: 86100. **PIAUÍ** - Teresina: R. Desembargador Freitas, 1.459 - Fone: 222.2044 - CEP 64000. **PERNAMBUCO** - Cabo: R. Vigário Batista, 246, CEP 54500. Garanhuns: R. Dantas Barreto, 1, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: R. do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000. **RIO GRANDE DO NORTE** - Natal: R. Jundiá, 420 - Cidade Alta - CEP 59000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: R. Vigário José Inácio, 687 - CEP 90000. **Rio Gonçalves**: R. Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: R. Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. **Caxias do Sul**: R. Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. **Pelotas**: R. Voluntários da Pátria, 1966 - CEP 96015. **Cachoeirinha**: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. **Santa Maria**: R. Mal. Floriano Peixoto, 1.357, sala 4 - CEP 97015. **Rio Grande**: R. Gen. Vitorino, 246-A - CEP 96200. **Ijuí**: R. 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s. 23, 2º andar - Caixa Postal 643 CEP 98700. **RIO DE JANEIRO** - Rio de Janeiro: R. 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. **Niterói**: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. **Duque de Caxias**: R. Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. **Nova Friburgo**: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 24000. **SANTA CATARINA** - Florianópolis:

Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000. **SÃO PAULO** - Americana: Av. Dr. Antonio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. **Botucatu**: R. Armando de Barros, 817, 1º andar, sala 2 - CEP 18600. **Campinas**: R. Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. **Maringá**: R. Dom Pedro, 180 - CEP 17500. **Ouroso**: R. Ten. Avelar Pires de Azevedo, 28, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. **São Carlos**: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. **Taubaté**: R. Anísio Ortiz Monteciro, 41 - CEP 12100. **São José dos Campos**: R. Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. **Guarulhos**: R. Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. **SERGIPE** - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Ovidio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000. **A TRIBUNA OPERÁRIA** é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. **Endereço:** Rua da República, 156, 6º andar - Centro - Fone: 815-4999 - São Paulo

Quem nos protege da PM?

Na semana passada o Comando da Polícia Militar de São Paulo confirmou que Pixote foi executado sumariamente por homens da corporação. Na mesma semana, os cinco policiais acusados da morte do professor Marcellus Gordilho deixavam em liberdade a 2ª Auditoria Militar do Rio de Janeiro, após o julgamento. Estes dois exemplos, entre centenas, ilustram os crimes praticados impunemente em nosso país, sob a cobertura de uma farda.

Nos últimos dias os meios de comunicação têm despejado uma enxurrada de notícias mostrando um alarmante quadro de violência. Guerra de quadrilhas nas favelas, chacina de menores, rebeliões, fugas e mortes nas prisões, batalha campal entre favelados e policiais etc. Em meio a esta guerra urbana se sobressaem as execuções sumárias praticadas pela polícia. Este tipo de crime geralmente é acobertado pela lei sob a alegação da defesa da ordem.

Sempre há uma versão oficial para encobrir a verdade dos fatos quando há policiais envolvidos no caso. Muitas vezes, no entanto, as distorções são tão evidentes que a mentira é desmascarada. Foi o que ocorreu com Fernando Ramos da Silva, o ator do filme "Pixote", fuzilado pela PM em Diadema no dia 25 de agosto. A primeira versão apresentada pelos policiais dizia que Pixote estava armado e reagiu a tiros quando estava cercado. Ouvindo-se as testemunhas e diante dos exames do médico legista, ficou evidente que o jovem estava desarmado e havia sido vítima de uma execução sumária. Antecipando-se ao inquérito, o Comando da PM demitiu os policiais envolvidos no caso.

Na noite do dia 4 de setembro, no Rio, saía o veredito do julgamento envolvendo cinco policiais militares acusados da morte do professor Marcellus Gordilho. Os cinco juizes da Auditoria Militar — um de Direito e quatro militares — deram uma pena de um ano e seis meses aos réus. Mas os policiais foram contemplados com sursis e deixaram o tribunal em liberdade. A explicação

do assistente de Promotoria, João Carlos Castellar, ajuda a entender o porquê de uma pena tão leve: "Sempre que um caso envolve a Polícia Militar e toma grande vulto na imprensa, como o caso Gordilho, a tendência dos juizes é encerrar que o que está sendo julgado é a corporação, não os réus, originando com isso tentativas de protegê-los de penas que afetariam a imagem da PM".

Polícia pratica arbitrariedades ao arrepio da lei

Acobertados por esta impunidade, os policiais cometem os maiores desatinos, geralmente contra a população pobre. Nas favelas todos são suspeitos aos olhos dos PMs e casas são arrombadas, pessoas espancadas, às vezes pelo simples fato de não portarem Carteira de Trabalho. Tudo isto feito ao arrepio da lei. Contra estas arbitrariedades que a população da Rocinha, uma das maiores favelas do mundo, com cerca de 250 mil habitantes, se levantou provocando uma enorme batalha campal com a PM.

O cidadão se vê no meio de um fogo cruzado. De um lado a violência dos marginais, que está no seu dia a dia. De outro a polícia, que também lhes aponta suas armas, muitas vezes aliada com o crime. O resultado é o total descrédito dos órgãos policiais e da justiça entre o povo.

(Domingos Abreu)

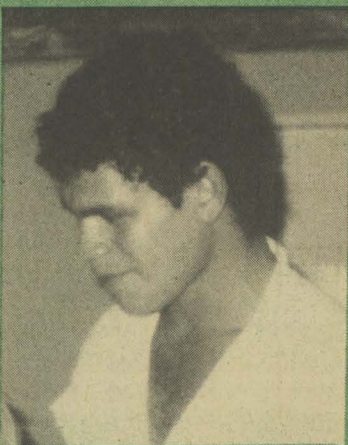


Moradores da favela da Rocinha, vítima da truculência da PM

Mais um crime impune

Edmundo Oliveira Prado, 23 anos, tomava calmamente sua cervejinha na lanchonete Calamar, no bairro Aeroporto, na capital paulista, na noite do dia 15 de agosto, sem suspeitar do seu fim trágico. Joaquim Francisco Cruz, soldado da PM à paisana, se aproximou de Edmundo e disse que queria tomar um copo de cerveja. O rapaz concordou, mas o policial, não satisfeito em beber, jogou cerveja nele, ponto de partida para uma discussão. Imediatamente o PM sacou um revólver 38 e fulminou Edmundo com quatro tiros à queima-roupa.

Joaquim era conhecido naquele pedaço por sua truculência, sempre sacando a arma e fazendo disparos contra os outros. Fazia "bico" como segurança na Viação Tupi. Gerando, tio de Edmundo, funcionário da Tupi, diz que Joaquim "já tinha apontado muitas vezes o revólver na cara das pessoas". Uma semana depois de crime o assassino apareceu na empresa numa viatura da PM pa-



Edmundo: assassino está solto

ra receber o pagamento. Alguns funcionários esboçaram alguma reação por vê-lo ali solto, mas os PMs que acompanhavam Joaquim lhes deram proteção.

Quase um mês após a morte de Edmundo, o criminoso continuava livre e circulando pela região. Informado que a morte do filho e revoltado por ver o PM impune, Joaquim da Silva Prado, que tem uma pensão perto da lanchonete Calamar, desabafou: "Eu nunca gostei de polícia e agora tomei mais nojo ainda".



Foto: Ailton S. Leite

Operação de guerra na favela: ninguém é respeitado pela polícia



Greve pisoteado: PM ajuda a preservar o lucro do patrão

"Esta violência aterroriza o povo"

Maria Vitória Benevides, professora de Sociologia Política na Universidade de São Paulo, pesquisadora do Cedec (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea) e membro da Comissão Justiça e Paz, da Arquidiocese de São Paulo, falou à Tribuna Operária sobre a impunidade dos crimes da PM.

TO: Por que ocorrem tantas execuções sem que nenhum militar seja punido?

Maria Vitória: A violência policial sempre existiu no Brasil. Ela se exacerbou muito durante o regime militar, exatamente porque passou a depender exclusivamente do comando militar, mesmo quando atuando em funções que seriam da Polícia Civil. Essa "carta branca" que foi dada à Polícia Militar para agir com a maior violência, o maior arbítrio, abriu as portas para a impunidade. Quando termina a repressão aos movimentos de luta armada, a polícia já não é mais solicitada para este tipo de repressão, mas continuou atuando na repressão aos movimentos sociais e no combate à criminalidade das classes baixas, que seria a grosso modo o que nós chamamos manutenção da ordem pública. Esta última seria tarefa exclusiva da Polícia Civil e que no Brasil, por uma excrescência, é atribuição também, e muitas vezes prioritária, da Polícia Militar. Quer dizer, esta Polícia Militar que nós temos hoje é herdeira de toda uma impunidade adquirida durante a época da repressão. Esta consciência que eles têm da "carta branca", acrescida do fato de que existem fóruns especiais para julgar elementos da Polícia Militar, mesmo quando réus de crimes comuns, reforça a impunidade. Enquanto não ficar rigorosamente claro que a manutenção da ordem pública é função da Polícia Civil, sujeito ao poder civil e amplamente sob controle democrático da sociedade, através de interpelações, através dos movimentos, através da sociedade, através dos partidos políticos, nós não vamos avançar. Em relação à Polícia Militar — que na minha opinião deveria ser extinta — mesmo que ela não seja extinta, não pode ter uma justiça privilegiada, mesmo para crimes comuns. Quando um policial militar rouba e mata, comete o pior crime na área criminalística que é o latrocínio, ele é julgado por um fórum militar. Isto não é, evidentemente, uma falta militar, mas é julgado por isso. E muitas vezes eles permanecem impunes e a pró-



Foto: L. Carlos Leite

Maria Vitória Benevides

pria corporação, através dos seus chefes, assume a responsabilidade pelos seus atos.

"Aliança entre a polícia e o crime é muito forte"

TO: Esta impunidade facilita a ligação da polícia com o crime organizado?

Maria Vitória: Em primeiro lugar é bom lembrar que isto também não é novo. Desde que existe polícia no Brasil, existe corrupção e existe alicia-mento de aliados entre polícia e bandido. Aquela máxima que o Lúcio Flávio costumava dizer: "Polícia é polícia e bandido é bandido", funcionaria bem num outro país, numa outra sociedade, numa outra corporação policial. Aliança entre polícia e criminalidade é muito mais alta do que a gente pensa. É evidente que esta aliança é muito forte no narcotráfico. Exemplo é o que nós vimos no Rio, no morro Dona Marta. Só com uma aliança muito bem feita entre policiais militares e os bandidos controladores do tráfico é que seria possível a aquisição

de um verdadeiro arsenal de guerra, inclusive com armas privativas do Exército.

"A população está muito descrente do poder público"

TO: A polícia já está desacreditada perante a população?

Maria Vitória: Nós temos que ter claro que estamos pensando na população pobre, carente dos mais elementares direitos, que não tem nada, não tem saneamento básico, não tem escola, não tem saúde, não tem transporte, vive no desemprego ou no subemprego. É uma população que é descrente de qualquer garantia e direito que venha do poder público. Ela está completamente convencida que existe uma polícia para pobre, outra para rico; uma justiça para pobre, outra para rico. Então a relação dessa população com a polícia é muito ambígua. Porque ela teme a exacerbção da violência da polícia, porque sabe que vai ser contra ela, não vai ser contra nós da classe média ou alta. Operações de guerra, como as que têm na favela, jamais acontecerão nos bairros finos de São Paulo, mesmo que se descubra, como já se descobriu, uma fortaleza de narcotráfico numa das mansões do Morumbi. O povo sabe que esta violência vai se voltar contra ele, que a violência da polícia também fez a sua opção preferencial pelos pobres. A relação é ambígua porque ao mesmo tempo que ele tem medo disso, ele também está espremido por outra violência, pela violência dos que exploram a miséria e a facilidade da criminalidade nesse

meio, com a mão-de-obra abundante, com a liberdade de ação. Esses traficantes são os "traidores" que vêm da classe baixa, da classe dos oprimidos. São estes que realmente aterrorizam, oprimem, dominam, se aliam com os poderosos, se aliam com o poder armado, com a repressão, contra o seu próprio meio. Estes traficantes, oriundos dos setores populares, não são os padrões, evidentemente. Eles estão a mando de grupos muito bem situados na classe dominante. Essa população vive aterrorizada pela violência da polícia e pela violência da própria criminalidade, que é sua vizinha, está no seu cotidiano. A relação com a polícia é ambígua porque, às vezes, ela precisa dela para as situações mais destapafúrrias. Muitas vezes a população pobre recorre à polícia para tudo, desde um parto — no transporte para o hospital, quando não se tem ambulância e se vai no camburão da polícia — até na busca de um filho que sumiu de casa. O que está mais perto desta população como poder público é a polícia. A justiça está longe e qualquer poder da prefeitura está mais longe ainda. Quem ela tem ali que encarna o poder e, portanto, pode, supostamente, dispensar algum benefício ou garantir algum direito, quando ela é ameaçada, é a polícia. Então é uma ambigüidade tremenda, eles não têm saída.

"Prerrogativas dos militares influem na atuação da PM"

TO: Você acredita que a Constituinte poderá melhorar um pouco esta situação caótica?

Maria Vitória: Não. Eu estou vendo que o presidente Sarney e os militares estão profundamente irritados com a possível liberalização no texto constitucional relativo ao papel das Forças Armadas. Começa por aí. Eu estou convencida que esta exacerbção da violência, praticada principalmente pela Polícia Militar, mas também pela Polícia Civil, tem muito a ver com as prerrogativas dos militares, a quem cabe constitucionalmente preservar e manter a ordem pública. O conceito que eles tiveram de ordem pública, que é diferente do nosso conceito democrático de ordem pública, leva a que eles tenham uma atuação na sociedade muito mais profunda e indevida do que nós democraticamente esperaríamos. E parece que eles pretendem manter este rumo.



Foto: Luiz Morier

Os negros são as maiores vítimas das arbitrariedades policiais

CDM

Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício Cardoso